

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AIRTON GREGÓRIO MARTINS

**LÍNGUA, COMUNIDADE LINGUÍSTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:  
UMA ANÁLISE PÓS-COLONIAL DA LUSOFONIA**

PORTO ALEGRE  
2017

AIRTON GREGÓRIO MARTINS

**LÍNGUA, COMUNIDADE LINGUÍSTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:  
UMA ANÁLISE PÓS-COLONIAL DA LUSOFONIA**

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Relações Internacionais da Faculdade de  
Ciências Econômicas da UFRGS como  
quesito parcial para a obtenção do título  
de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto  
Fagundes Visentini

PORTO ALEGRE  
2017

### CIP - Catalogação na Publicação

Gregório Martins, Airton  
LÍNGUA, COMUNIDADE LINGUÍSTICA E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE PÓS-COLONIAL DA LUSOFONIA  
/ Airton Gregório Martins. -- 2017.  
58 f.  
Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Lusofonia. 2. Comunidade Linguística. 3. Língua  
e Relações Internacionais. 4. Pós-Colonialismo. I.  
Visentini, Paulo Gilberto Fagundes, orient. II.  
Título.

AIRTON GREGÓRIO MARTINS

**LÍNGUA, COMUNIDADE LINGUÍSTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:  
UMA ANÁLISE PÓS-COLONIAL DA LUSOFONIA**

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Relações Internacionais da Faculdade de  
Ciências Econômicas da UFRGS como  
quesito parcial para a obtenção do título  
de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 05 de janeiro de 2018.

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Liberato Tettamanzy  
UFRGS

A todas pessoas que foram escravizadas e colonizadas e que resistiram.  
Às que sucumbiram e às que sobreviveram.

&

A todos e todas estudantes cotistas, muitas de nós descendentes de pessoas escravizadas,  
que existimos e resistimos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família – Eliane, Antônio, Noca e Rique – por ter me guiado e me incentivado a descobrir o mundo e os possíveis porquês. Ao Rafael, meu companheiro de amor e de aventuras, por me fazer acreditar.

Às minhas mestras e mestres na Escola Estadual Guimarães Rosa, em Cachoeirinha, pela educação que me permitiu chegar até aqui, em que pese a reduzida atenção e infraestrutura que as escolas públicas recebem neste sistema, em nosso país.

Às mestras e mestres na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente ao Prof Cepik, por sempre ter acreditado em mim e me dado oportunidades de aprendizado e crescimento, e ao Prof Visentini, por me orientar e também sempre ter acreditado em mim e nos projetos de extensão por uma maior democratização do ensino de Relações Internacionais para além da universidade. À UFRGS pelo ensino público e de qualidade, incluindo as políticas de permanência que me permitiram seguir e concluir meus estudos.

A todas as pessoas que lutaram, particularmente o Movimento Negro, pelo Programa de Cotas raciais e sociais.

Aos meus amigos Ítalo e Gabriel por sempre terem me incentivado a seguir em frente e me desafiado intelectualmente. Por serem minhas referências e apoio, às minhas amigas e colegas Marcela, Iara, Bruno, Marcelo, Othon, Luciana, Larissa e, particularmente, Osvaldo, Thomás e Maria Gabriela, pela inestimável ajuda com ideias, referências e revisões. Um agradecimento especial a Raíssa, pelo amor, apoio e companheirismo nessa longa e sinuosa jornada. Um agradecimento particular também aos projetos de extensão, UFRGSMUN, BIS, Mundi, RIPE e Contraponto por terem sido minha escola da vida acadêmica além dos muros, e às minhas companheiras de extensão com quem tive o prazer de construir esses projetos e aprendi muito mais do que consigo expressar, especialmente Ana Júlia, Sílvia, Natasha, Marina e Livi. Também às minhas alunas e alunos que sempre me apoiaram e incentivaram nessa longa jornada.

Por último, agradeço e busco honrar meus ancestrais, que tão arduamente resistiram a um sistema colonial e assassino de exploração humana. Da mesma forma, agradeço aos povos que primeiro chegaram a esta terra e à Pachamama.

“A minha pátria é a língua portuguesa.”  
(Fernando Pessoa, poeta português)

“De supetão senti um friúme por dentro.  
Fiquei trêmulo e muito comovido.  
Não vê que lembrei que lá na cidade da Praia, lá no calor  
equatorial de São Tomé e Príncipe, lá na friagem da Serra da  
Estrela, lá em Djili, lá nas barrancas do rio Kuanza  
e do rio Limpopo, lá na costa de Bissau,  
Um homem faz pouco se deitou, está dormindo.  
Este homem é lusófono que nem eu.”  
(Carlos Alberto Faraco, linguista brasileiro)

“A lusofonia é um projecto, uma espécie de quimera em que  
alguns acreditamos, em que algum dia a língua poderá servir de  
abraço entre todos esses lugares tão ricos e diferentes, sem  
preferência e assumindo a nossa História, dialogando,  
cantando, pensando juntos”  
(Aline Frazão, cantora angolana)

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo avaliar, de maneira exploratória, a importância das comunidades linguísticas para o estudo das Relações Internacionais contemporâneas. Em particular, busca-se trabalhar o conceito de Lusofonia, suas origens, significados e situação geográfica. A partir dessa categoria, analisa-se como a Lusofonia constitui-se como um dos pilares do projeto colonial do moderno Estado português, penetrando de maneira complexa e irregular nas diferentes sociedades onde a língua portuguesa gradualmente tornou-se hegemônica. Empreende-se então uma análise acerca das possibilidades de desconstrução e crítica pós-colonialista do projeto lusófono, buscando apontar novos usos políticos contemporâneos. Em um nível estatal, demonstra-se algumas iniciativas de cooperação sul-sul a partir do conceito de proximidade cultural pela Lusofonia. Em um nível societal, demonstra-se as ambiguidades, contradições e potencialidades do uso da língua portuguesa como fator de proximidade cultural e afetiva entre comunidades espalhadas por quatro diferentes continentes.

**Palavras-chave:** Lusofonia. Comunidade Linguística. Língua e Relações Internacionais. Pós-Colonialismo.



## **ABSTRACT**

This work aims to evaluate, in an exploratory way, the importance of linguistic communities for the study of contemporary International Relations. In particular, the concept of Lusophony is analyzed, as well as its origins, meanings and geographical situation. From this category, it is investigated how Lusophony constitutes one of the pillars of the colonial project of the modern Portuguese State, penetrating in a complex and irregular way in the different societies where the Portuguese language gradually became hegemonic. An analysis of the possibilities of deconstruction and post-colonial critique of the Portuguese-speaking project is undertaken, seeking to point out new contemporary political uses. At a state level, some initiatives of south-south cooperation are demonstrated from the concept of cultural proximity by Lusophony. At a societal level, the ambiguities, contradictions and potentialities of using the Portuguese language as a factor of cultural and affective proximity between communities spread across four different continents are demonstrated.

**Keywords:** Lusophony. Linguistic Community. Language and International Relations. Postcolonialism.

## LISTA DE SIGLAS

ABC –	Agência Brasileira de Cooperação
ASEAN –	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CEDEAO –	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEEAC –	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CPLP –	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DPU –	Dialetos Portugueses do Uruguai
IILP –	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
MERCOSUL –	Mercado Comum do Sul
PALOP –	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB –	Produto Interno Bruto
SADC –	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UNILAB –	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ZOPACAS –	Zona de Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 LÍNGUA E PODER.....</b>	<b>14</b>
2.1 DEFINIÇÕES.....	14
2.2 LÍNGUA E POLÍTICA.....	16
2.3 LÍNGUA, IDENTIDADE E PERTENÇA.....	19
<b>3 COMUNIDADE LINGUÍSTICA: DA NAÇÃO À “FONIA”.....</b>	<b>21</b>
3.1 NAÇÃO COMO COMUNIDADE IMAGINADA.....	21
3.2 LÍNGUA IMPRESSA E NAÇÃO.....	23
3.3 COLONIALISMO: EXPANSÃO DA NAÇÃO E DA LÍNGUA.....	24
3.4 COMUNIDADES LINGUÍSTICAS.....	25
<b>4 LUSOFONIA.....</b>	<b>27</b>
4.1 ORIGEM DA LÍNGUA.....	30
4.2 COLONIALISMO E LUSO-TROPICALISMO.....	31
4.3 PÓS-COLONIALISMO.....	35
4.4 PROJETO DA LUSOFONIA: INSTITUIÇÕES E INTERESSES.....	37
4.5 DESAFIOS.....	46
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“A cultura lusófona são várias culturas que falam muitas línguas diferentes mas que podem comunicar entre si através da língua portuguesa. [...] A lusofonia às vezes acontece, quando eu encontro alguém do Rio de Janeiro em Buenos Aires e começamos a conversar sobre os nossos laços e as nossas diferenças de sotaque, ou quando viajas a Cabo Verde e encontras um imaginário da tua infância, das mornas que ouviam os kotas lá em Luanda.”  
(Aline Frazão, cantora angolana)

Neste momento, algum professor em Bissau (Guiné) deve estar usando para dar aulas a “mesma língua” que uma historiadora em Macau (China), assim como alguma cantora em Luanda (Angola) ou um burocrata em Díli (Timor-Leste). A “mesma língua” embala a poesia e as vivências de um escritor lisboeta ou uma rapper carioca – ou maputense. Sons muito parecidos exprimem os sentimentos de alguém em Cabo Verde ou em São Tomé e Príncipe. Na Galícia (Espanha), há palavras tão próximas de todas essas pessoas que poderíamos pensar que é a “mesma língua”, assim como em algumas partes do Uruguai. Expandindo esse cenário, há milhões de outras pessoas, de Miami a Tóquio, experienciando o mundo a partir do mesmo modelo de palavras pensadas, faladas e escritas.

São oito os Estados soberanos que possuem o português como língua oficial e com populações expressivas que a falam como língua mãe: Brasil, Moçambique, Angola, Portugal, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe, em ordem demográfica decrescente; também conhecidos como o Grupo dos Oito<sup>1</sup>. Enquanto ente subnacional, a Região Administrativa Especial de Macau, na China, tem o português como língua co-oficial com o Mandarim. Sem *status* oficial, há resquícios da língua portuguesa com os habitantes de Goa, Damão e Diu, na Índia. Com oficialidade mas sem população expressiva de fala portuguesa, temos a Guiné Equatorial, onde o português possui o *status* de oficial assim como o espanhol e o francês. Se levarmos em conta as pessoas que falam a língua e não apenas os Estados, entram na conta todas as diásporas de populações de língua portuguesa ao redor do mundo. Nas margens desse continente imaterial, ainda podemos contar com o norte do Uruguai, onde se encontra uma variação chamada de Dialetos de Português Uruguaio. Por último, em uma zona limítrofe cinzenta, está a Galícia, berço da língua mãe do português e

---

<sup>1</sup> Esta denominação é útil para diferenciar estes oito países de língua oficial portuguesa com expressiva população lusófona de Guiné Equatorial que, embora tenha o português como oficial, não tem um significativo grupo populacional que se expresse na língua portuguesa. Ainda sobre denominações, os países africanos lusófonos também são conhecidos como PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

que muitos linguistas consideram intercompreensível com português, especialmente o brasileiro e o de fronteira (BAGNO, 2013; LAGARES, 2013).

De forma concisa, a Lusofonia é a união dos territórios desses países, regiões e populações. Se considerarmos os oito países com populações de fala portuguesa e com *status* oficial, a língua abarca um território de 10,7 milhões km<sup>2</sup>, com 221 milhões a 245 milhões de pessoas que a tem como língua materna ou segunda língua (OLIVEIRA, 2013).

Em termos institucionais, o principal expoente da Lusofonia é a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em 1996. Ela é formada pelos países de língua oficial portuguesa, ou seja, o Grupo dos Oito mais a Guiné Equatorial. A organização lida com uma série de assuntos e projetos desde a gestão da língua até a concertação política, tendo como norte a cooperação e diplomacia Sul-Sul. Em outras palavras, para tratar de assuntos de política internacional, estes países têm como mote principal de congregação a união em torno de uma língua comum.

A intercompreensão linguística se revela de enorme importância na condução dos negócios estrangeiros entre esses países, em contexto mais ou menos partilhado de herança cultural e de costumes, com uma diversidade de questões e desafios em comum. Catalisados na língua, temos aspectos sociais fundamentais como a identidade e a compreensão de mundo. É por meio da língua que diferentes povos se compreendem; que fazemos e guardamos a história; que sonhamos, lutamos, resistimos, subvertemos e ressignificamos.

Neste sentido, a Lusofonia não é a única agregação de países em torno de uma língua comum. Dando origem ao conceito e vocábulo, temos a Francofonia, com o posterior estabelecimento da Anglofonia e Hispanofonia (GALITO, 2012). Com um *status* primordial e central nestas comunidades seus projetos, há a língua, seu lugar e papéis nas Relações Internacionais. Em comum entre esses países há também uma história de séculos de colonização, em que a língua partilhada vinha dentro de uma estrutura de relações hierárquicas e projeto político da metrópole sobre as colônias. Um passado marcado por subjugação, assimilação, exploração humana e econômica. Em alguns casos, intensa resistência e guerras de libertação/coloniais. Na língua também estão marcadas estas memórias, por meio das pessoas que sobreviveram e do que foi registrado.

Por trás da língua, estes projetos têm em comum uma ex-metrópole, que dependeu por muito tempo de suas colônias, e que, desde os processos de descolonização, busca reinserir-se econômica e politicamente nestes países agora soberanos. Cumpre perguntarmos: até que ponto a Lusofonia, como uma destas comunidades, é mais um projeto de amizade e de

partilha linguística e cultural, como seus discursos apregoam, ou mais um projeto político-econômico de matiz possivelmente neo-colonial?

Dessa forma, o presente trabalho busca problematizar a Lusofonia enquanto comunidade linguística de países, por meio da revisão de literatura e interpretação pós-colonial. Seu principal objetivo é analisar como está configurada a Lusofonia hoje, descrevendo seu passado e investigando seu presente e possibilidades de futuro. Como objetivos específicos, procura-se revisar o papel da língua na sociedade e nas Relações Internacionais; descrever a formação de comunidades linguísticas, das nações às comunidades de países em torno da língua; e, por último, interpretar a Lusofonia à luz do Pós-Colonialismo, analisando histórico, estrutura e desafios.

Ao compararmos o projeto da Lusofonia com a realidade, a hipótese é de que a Lusofonia constitui-se como um projeto de poucas elites particulares, com limitada, embora importante, concretude na prática, em um ambiente de alta diversidade linguística e sem uma identidade lusófona definida. O argumento central é de que, por um lado, a língua desempenha papel crucial na organização de comunidades de países, com grande potencial de unir populações (e não só seus Estados) e, por outro lado, a premissa (utilizada pela CPLP) de que a Lusofonia se basearia na uniformidade linguística e em uma identidade lusófona internacionalmente compartilhada destes países não se sustenta totalmente.

Este trabalho se justifica dentro da relativa incipiência de pesquisa na área no Brasil, especialmente se comparado a Portugal, contribuindo com o avanço da produção intelectual sobre este assunto no país. Em um contexto de crescente globalização, mas com tendência simultânea à regionalização, importa compreendermos com maior profundidade o fenômeno das relações comunitárias, especificamente entre falantes e escritores da língua portuguesa. Além disso, vale lembrar o papel especial que as relações Sul-Sul, a África e a CPLP tiveram na Política Externa Brasileira neste século, em especial durante o Governo Lula (2003-2010) (VISENTINI, 2014). Um entendimento maior da Lusofonia pode servir para que o Brasil possa compreender quais suas possibilidades de papéis dentro da comunidade, do ponto de vista descolonial, especialmente por ser, ao mesmo tempo, a maior economia lusófona e uma ex-colônia – com raízes históricas e heranças compartilhadas com outras ex-colônias, sobretudo na África.

Em termos teóricos, esta análise é realizada à luz da Teoria Pós-Colonial, e está inserida dentro da disciplina de Relações Internacionais (RI), em diálogo multidisciplinar com a Linguística. Além destas, o projeto se relaciona com a Sociologia, a Antropologia, os Estudos Literários e os Estudos Subalternos, disciplinas que lidam diretamente com o tema do

Pós-Colonialismo e nas quais a Teoria Pós-Colonial já se encontra mais amadurecida. Este diálogo se faz imprescindível considerando, especialmente, a relativa incipiência da Teoria Pós-Colonial em RI e a necessidade de se utilizar de conceitos, construtos e termos destas outras áreas do conhecimento.

Sobre a escolha teórica, o Pós-Colonialismo enquanto campo de estudo, conforme o recorte teórico de Jéssica Máximo (2014) a ser secundado no presente trabalho, foca sua análise nas relações de dominação e resistência, sua construção histórica, mecanismos, práticas e contradições. Cumpre ressaltar que tal perspectiva vai além da busca por emancipação política oficial, ocupando-se da persistente herança colonial de dominação econômica, cultural e política, junto aos desafios e crises deixadas nos territórios antes ocupados. A Teoria Pós-Colonial se propõe a desvelar e criticar as relações de poder e dinâmicas correlatas herdadas dos regimes coloniais, levando em consideração a busca por um sistema internacional menos colonial e mais horizontal. De acordo com esta narrativa, a inserção internacional de ex-colônias não só está intrinsecamente permeada pelo seu histórico colonial como também está, em certa medida, condicionada pelas relações históricas de poder de cunho (neo) colonial ainda vigentes no sistema internacional. Esta escolha se justifica na medida em que a Teoria Pós-Colonial se propõe a lançar luz às narrativas subalternas e marginalizadas neste longo processo de colonialismo, em busca da compreensão de uma região e suas populações por meio de suas próprias histórias e percepções, em oposição a uma narrativa escrita de fora (SPIVAK, 1998). Neste sentido, ela nos serve para analisarmos se a Lusofonia está em maior consonância com a tradicional estrutura de poder ou se consoante uma proposta de mudança do regime internacional – de cunho mais horizontal e menos colonial. Para tanto, as ideias de Homi Bhabha, Boaventura de Sousa Santos, Gayatri Spivak, Edward Said, Walter Mignolo e Jéssica Máximo foram fundamentais neste trabalho.

## 2 LÍNGUA E PODER

“Por meio dessa língua, que se conhece no colo da mãe e que só se perde no túmulo, restauram-se passados, imaginam-se companheirismos, sonham-se futuros.”  
(Benedict Anderson, historiador anglo-irlandês-estadunidense)

“Nada de relevante se faz sem discurso.”  
(Milton Santos, geógrafo brasileiro)

“Uma língua é um dialeto com exército e marinha.”  
(Max Weinreich, linguista judaico-russo)

Para analisarmos uma comunidade linguística como a Lusofonia, é propício discutirmos a língua e alguns de seus conceitos básicos. Importa sabermos do que ela é feita, sua dimensão política, seu imbricamento com a identidade tanto comunal quanto nacional, seu subjacente senso de pertença, e suas inerentes relações de poder, nos níveis interpessoal e estatal, sobretudo nos contextos do colonialismo e do pós-colonialismo. Assim poderemos melhor interpretar as questões políticas envolvidas na composição de uma comunidade linguística, o papel da língua para a unidade nacional, a viabilidade da união em uma comunidade de povos tão dispersos geograficamente, e as consequências da diversidade linguística nos territórios de fala portuguesa para a concretude deste projeto. Afinal, também é importante entendermos a língua para compreendermos como ela é instrumentalizada pela retórica lusófona.

### 2.1 DEFINIÇÕES

A primeira distinção é entre língua e linguagem. Linguagem é a capacidade própria dos humanos de darmos sentido e comunicar a percepção do mundo, ao nosso redor e dentro de nós, por meio de sons, gestos e arte, sobretudo. A língua é a forma: é o sistema de sons, e às vezes sinais e símbolos, em que exprimimos a capacidade da linguagem (BAGNO, 2013). O linguista Coseriu categoriza a linguagem como o fato social fundamental, aquele que nos diferencia enquanto espécie humana frente aos outros animais (LOPES, 2013). Além de tudo, somos humanos porque somos capazes de imaginar, perceber e nos comunicar por meio da linguagem. É por meio dela que pensamos e organizamos nossos pensamentos, nossas relações e nosso mundo. É tendo a linguagem como plataforma que expressamos aos outros humanos o que sentimos e pensamos. É por meio e dentro dela que entendemos e articulamos nossa identidade, que descobrimos a alteridade, que reconhecemos o outro, que identificamos os outros como mais ou menos próximos e que entendemos onde pertencemos. A linguagem



se manifesta em todos os grupos humanos e é em cima dela que construímos a sociedade. Assim, ela permeia e é permeada pela política.

A língua é uma abstração. É um conjunto – mais ou menos estável ao longo de um período de tempo – de sons, sinais e símbolos, seus significados e as respectivas possíveis formas de combiná-los para se representar e se referir à vida. A língua é tão viva e mutável quanto à própria vida das pessoas que se utilizam dela. Segundo Celso Cunha, a língua é "expressão da consciência de uma coletividade, [...] criação da sociedade, não pode ser imutável; ao contrário, tem de viver em perpétua evolução, paralela à do organismo social que a criou" (CUNHA & CINTRA, 2016, p. 01). Há muito de político e ideológico no processo de distinguir uma língua da outra e dos chamados dialetos, “crioulos”, etc. (BAGNO, 2013). Para melhor entendermos a relação de língua e política dentro da Lusofonia, há uma série de definições importantes que dizem respeito ao seu *status*.

**Língua oficial** é aquela instituída como tal, geralmente por um Estado soberano – mas também pode ser por entes subnacionais, como uma região ou um município – para fins oficiais, sendo esta a língua utilizada para documentações, trabalho burocrático e acesso à justiça, por exemplo. No caso do Brasil, Português e LIBRAS são as línguas oficiais em todo território nacional, co-oficializadas com outras línguas nativas (como nheengatu, tukano, baniwa e guarani) ou de imigração (talian, pomeranos, hunsrickisch) em alguns municípios (LOPES, 2013).

**Língua materna** refere-se à primeira língua que um indivíduo aprende, geralmente por meio do convívio com sua mãe, pai ou cuidador principal. É tendo esta língua como plataforma que seu pensamento vai se organizar. Usualmente, é a língua mãe – ou primeira língua – aquela mais fortemente associada aos sentimentos e sua expressão. Ela também tende a ser a base mais forte para os processos de identificação de um indivíduo. Nesta lógica, a próxima língua que um indivíduo vier a aprender será sua segunda língua, também entendida como língua adicional ou língua estrangeira, dependendo do contexto (BREITENVIESER, 2011).

Enquanto **língua vernácula** é definida como a língua doméstica ou local de uma determinada região, a **língua veicular** é aquela utilizada por falantes de diferentes línguas maternas para comunicação (LOPES, 2013). Ela também pode ser entendida como língua franca ou língua de contato. Em um caso lusófono, em Moçambique, o português, sendo a língua materna de apenas 17% da população, é a principal língua veicular no país, onde

falam-se cerca de 43 línguas, segundo o site ethnologue<sup>2</sup>, em sua maioria línguas de origem banto.

Outra categorização possível é em relação à finalidade de uma determinada língua: temos **língua de instrução** ou educação, de trabalho, etc. Por exemplo, em casos que a língua materna é diferente da língua oficial, a língua de instrução costuma ser a língua oficial, embora também pode-se usar uma abordagem multilíngue, misturando a língua materna dos aprendizes com a língua oficial do país para fins de instrução. Em Timor-Leste, como ilustração, as línguas oficiais são o Português e o Tétum-Praça, sendo o Português a principal língua de instrução e o Inglês e o Bahasa Indonésio reconhecidos como línguas de trabalho.

## 2.2 LÍNGUA E POLÍTICA

Ao longo de todo este trabalho estamos falando de política e estudando as interferências mútuas de língua, poder e política. No entanto, neste capítulo explicitaremos situações em que a ligação entre língua e poder se faz saliente e importa para a análise deste trabalho: poder de nomear o mundo, produzir sentidos e formar identidades.

Como fato social fundamental, a língua é poder; ela não apenas reflete em significado as coisas do mundo material ao nosso redor, mas a língua também tem o poder de produzir e intervir no mundo. Assim, aqui entenderemos a ligação entre política e língua principalmente a partir da capacidade de produção de sentido que o discurso tem.

Camila Breitenvieser (2011) refere-se a Michel Foucault, para quem o discurso é potente em função da sua produção de verdades, sendo capaz de organizar o mundo a partir de um regime de verdades, em que alguns objetos ou sujeitos serão incluídos e outros excluídos. Como exemplo, a autora traz a própria concepção do termo “Lusofonia”: ele só surge, de fato, após o fim do regime colonialista português, com a Revolução dos Cravos, criando um novo sentido de “união” para a língua portuguesa, que outrora era a língua de “dominação”. Em outras palavras, a língua era a mesma, com a mesma história, que tantos diferentes territórios “falavam” em razão do colonialismo e jugo português; no entanto, em um novo cenário político-histórico, cunha-se o termo “Lusofonia” para produzir um novo sentido de comunhão pós-colonial visando estabelecer uma nova realidade via discurso, sobre o qual e junto com o qual ações diretas serão realizadas.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/country/MZ>> Acesso em: 12 dez. 2017.

Outro exemplo da intersecção linguística e política também se encontra na dimensão do nomear – e a hierarquização que se pode criar com isto. Por que algumas línguas são “línguas” e outras são “dialetos”? Quem determina a norma padrão e o que são desvios? A que(m) serve a categorização de algumas línguas como “crioulas”?

Recuperando a definição de língua do início deste capítulo, ela não é estritamente científica. Ao longo da história, a distinção entre **línguas**, **dialetos**, e **“crioulos”** é eminentemente política, social e antropológica, embora eventualmente justificada se utilizando de critérios linguísticos. Bagno (2013, p. 323, grifos do autor) argumenta que:

Qualificar determinado modo de falar de *língua* é um gesto que não depende em absolutamente nada das características estruturais, sistêmicas, fonomorfológicas internas desse modo de falar, se é que tais coisas coexistem. Qualificar um modo de falar de *língua* é uma decisão política, um dado antropológico, um produto ideológico por excelência. E não faltam ilustrações disso.

Como exemplo, Bagno cita o caso da invenção da “língua italiana” quando da unificação do país, em 1861. Até aquele momento não existia nenhuma língua com este nome, tendo sido escolhido o dialeto toscano, por motivos políticos, para receber o *status* de língua, enquanto todos os outros falares do território permaneceram com o caráter menos prestigioso de dialeto. Aqui se torna aparente a ligação entre Estado soberano e língua. Foi a existência de um Estado soberano italiano que sustentou a invenção (e conseqüente manutenção) de uma língua, a partir de um falar específico.

Uma dinâmica parecida pode ser encontrada na gênese do que chamamos hoje de língua portuguesa. Bagno (2013) sustenta que, no século XII, a língua que se falava no Reino da Galícia (na época, vassalo ao Reino de Leão) e no Condado Portucalense era a mesma. Quando da independência do Condado Portucalense e constituição do reino soberano de Portugal, em 1139, houve um cisma que permanece até o presente. Aquele falar, para todos efeitos intercompreensível, passaria de um lado do Rio Minho a ser considerado como língua portuguesa (oficialmente em 1290) pela constituição de um nascente e precoce Estado soberano; e, na ausência de soberania do outro lado do rio, permaneceria como um falar galego minoritário, historicamente eclipsado pela língua leonesa e, mais tarde, pela própria língua castelhana<sup>3</sup> – esta que viria a ganhar o *status* oficial de língua espanhola. Ou seja, como o ditado atribuído a Max Weinreich, que abre este capítulo como epígrafe, o português – com exército – se tornaria uma língua e o galego – sem exército – permaneceria dialeto.

---

<sup>3</sup> O castelhano foi oficializado como língua do reino em 1252 por Afonso X de Leão e Castela. (OLIVEIRA & FAULSTICH, 2009)

Em outras palavras, a distinção entre língua e dialeto é uma das arenas em que a questão política apresenta-se mais saliente nos assuntos linguísticos. Igualmente político é o entendimento do que é a norma padrão da língua e o que são suas respectivas variedades. A norma padrão tende a ser aquela escrita e falada pela elite culta da região de maior poder, sendo os outros falares variações dessa norma – e tudo que isso significa em termos de, por exemplo, prestígio etc. No português moderno, a norma se firmou a partir do falar lisboeta, contra o qual o português falado no Algarve é visto como uma variação. Em um nível maior, há também uma distinção de prestígio entre o português continental e o português insular da Madeira e dos Açores, o último sendo estigmatizado frente ao primeiro. Em um nível ainda mais amplo, o português europeu (continental, lisboeta) é tido como a norma frente às variedades brasileira, angolana, moçambicana etc., da perspectiva média corrente em Portugal (LOPES, 2013).

Similarmente, outro nível em que a política impacta diretamente sobre a linguística é a categorização de “**línguas crioulas**”. Tradicionalmente, o que se entende por crioulo é uma “língua originada pelo contato de uma língua europeia com a língua nativa de uma região, que se tornou língua materna de uma comunidade (ex.: crioulo de base lexical portuguesa; crioulo de base francesa)”<sup>4</sup>. Este conceito traz consigo um estigma, segundo o qual a língua crioula seria uma versão não tão sofisticada da língua “original”, fortemente motivado por preceitos racistas da modernidade (BAGNO, 2013). Por outro viés, Bagno sustenta que os processos associados à constituição dos crioulos – como contato, forte empréstimo e relativa simplificação de estruturas gramaticais – são processos inerentes ao desenvolvimento de qualquer língua. Historicamente, as línguas consideradas crioulas (crioulos caboverdiano e bissau-guineense, creole haitiano, papiamento etc.) são aquelas constituídas no contexto do colonialismo, a partir do encontro de uma língua europeia tida como de maior prestígio com línguas nativas de menor prestígio do ponto de vista eurocêntrico colonialista. Levando isso em consideração, o autor aponta que o enquadramento de certas línguas na categoria estigmatizante de crioulo responde mais a questões de cunho político do que linguístico-científico. Isso nos importa de modo particular uma vez que “crioulas” são as línguas maternas de parcelas significativas das populações caboverdiana, bissau-guineense e são-tomense, por exemplo.

Analisando todas estas distinções em relação ao *status*, encontramos um cenário de hierarquizações entre os falares, de acordo com sua utilização e características. Na verdade,

---

<sup>4</sup> De acordo com o site “Dicionário Priberam da Língua Portuguesa”. Disponível em <<https://www.priberam.pt/dlpo/crioulo>> Acesso em: 12 dez. 2017.

segundo Margarido (2000), a hierarquização entre línguas se trata de um duplo das próprias hierarquias sociais, também marcadamente racistas, ao longo da história. Este aspecto nos importa particularmente porque a Lusofonia é um espaço de alta diversidade linguística e étnica, convivendo dezenas de línguas nos seus territórios. Logo, é interessante entendermos as relações entre as línguas, pois a partir disso se organiza um estado de coisas em que alguns são mais legítimos que outros, em parte por seu capital linguístico dentro deste mosaico de poderes.

### 2.3 LÍNGUA, IDENTIDADE E PERTENÇA

Enquanto fato social fundamental, a língua está na base das relações interpessoais e, por extensão, comunitárias e sociais. Ao permitir essas interações, ela está essencialmente relacionada ao processo de construção da identidade, tanto individual quanto nacional. É no encontro com o outro que nos constituímos, por negação ou por agregação. Além disso, é neste encontro com os nossos que desenvolvemos o senso de pertencimento, componente imprescindível para a formação de uma comunidade real ou imaginada.

Para esta pesquisa, vamos analisar a identidade a partir da língua. Segundo Camila Breitenvieser (2011), há uma relação direta entre língua e constituição da identidade em duas dimensões: na construção da identidade do sujeito e na formação da identidade nacional. No primeiro caso, a linguagem viabiliza a interação do nível do indivíduo com o social. É neste processo que o sujeito consegue criar referências, fundamentais para a identidade (MADEIRA, 2003).

No caso da identidade nacional, há uma interação de fatores ao longo da história, entrelaçando fatores primários (etnia, religião, idioma etc.), geradores (cidades, meios de comunicação etc.), induzidos (sistema nacional de ensino, burocratização etc.) e reativos (defesa de identidades subjugadas) (BREITENVIESER, 2011). Neste processo, a língua funciona como catalisador estruturante para a identidade nacional, representando o sentido de pertença. Sobre identidade, Cornetet (2011, p. 27) sintetiza:

Na psicologia, identidade consiste na “imagem de individualidade e distinção (o si próprio) mantido e projetado por um ator.” (JEPPERSON et al. apud ASHIZAWA, 2008). Trata-se de conceito plural – cada ator processa diversas identidades simultaneamente, concebendo-as e as manifestando através da interação com outros por experiências sociais e por vez em resposta à ação de fatores ambientais (como malha institucional). É um processo subjetivo envolvido nas raízes da autocompreensão de um ator.

Para Breitenvieser (2011), a identidade é fruto de processos de diferenciação derivados da interação social por meio de posições ao longo da história, onde “a construção de identidade implica na ideia de alteridade”, no reconhecimento de que existe um outro que não sou eu. A ideia de identidade implica tanto em saber o que está dentro (e faz parte) quanto tudo aquilo que está fora (e não faz parte). Na relação externa, isso vai significar uma tensão entre dois pólos – eu e o outro, que ora se aproxima conjugando pertença, ora se afasta gerando diferenciação. Em suma, a identidade e o processo de construção identitária acabam sendo necessariamente relacionais. Cumpre ressaltar que este processo é marcado por relações de poder e “propiciam um princípio de integração social”, em uma articulação de interesses (BREITENVIESER, 2011). O processo de construção da identidade transforma o indivíduo em um sujeito social, com seus próprios interesses mais ou menos explícitos e com maior ou menor capacidade de negociação dentro da sociedade. É a partir do processo identitário que se permite a “tomada de decisão para ação social e política”, por meio do simbolismo e da negociação (BREITENVIESER, 2011). Madeira (2003, p. 27) assim questiona:

Os falantes de português que a têm como língua-mãe, terão a mesma concepção de lusofonia que os falantes de português que têm como língua materna uma das oito línguas bantu de Moçambique? Dito de outra maneira, o monolinguismo/plurilinguismo afecta a relação que cada povo mantém com as origens linguísticas, com a política da língua e com a sua experiência social e afectiva dentro de uma determinada língua?

Em suma, tendo-se em conta a dinamicidade da língua e da identidade, não se pode postular a existência de formas puras de identidade, de língua, da pertença a uma comunidade, mas sim de identidades múltiplas dentro do espaço lusófono.

### 3 COMUNIDADE LINGUÍSTICA: DA NAÇÃO À “FONIA”

“Falar de guerras é um assunto nada pacífico. Falar de memórias é um assunto cheio de esquecimento.”  
(Mia Couto, biólogo e escritor moçambicano)

Tendo analisado aspectos relacionais entre língua, poder e identidade, neste capítulo vamos analisar como o conceito de língua ajuda a fundar uma entidade basilar das Relações Internacionais – a nação. Podemos entender o conceito clássico de nação como uma comunidade linguística também, em um nível mais micro. Partindo deste ponto, vamos avançar ao nível macro da comunidade linguística – a “fonia”, como a Lusofonia – por meio da análise do colonialismo, que torna possível esta expansão do micro ao macro.

#### 3.1 NAÇÃO COMO COMUNIDADE IMAGINADA

**Nação** é um termo fundamental para as Relações Internacionais e, ainda assim, não temos um consenso da sua definição, seus limites e os critérios objetivos para ser uma nação. Em *Nações e Nacionalismo*, Hobsbawm (2013) recupera e problematiza algumas das definições possíveis do termo, incluindo uma citação de Josef Stálin frequentemente referida: “Uma Nação é uma comunidade desenvolvida e estável, com linguagem, território, vida econômica e caracterização psicológica manifestos em uma comunidade cultural”. Por um lado, o historiador inglês menciona como critérios mais recorrentes, acerca da existência de uma nacionalidade, os mais simples como língua ou etnia, ou uma combinação de critérios como língua, território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. Por outro lado, ao reconhecer que há muitas exceções a partir destes e buscar uma definição mais abrangente, Hobsbawm propõe nação como “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma ‘nação’” (HOBSBAWM, 2013, p. 17), identificando sua gênese e compreensão mais adequadas para o contexto europeu, tendo a ver com um tipo de Estado territorial chamado de Estado-nação. O autor reitera o caráter de artefato e invenção contido na ideia de nação, explicado por Gellner (1994) da seguinte forma:

As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político [...] inerente, são um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade.

Nesta mesma obra, problematizando os níveis de análise do conceito, Hobsbawm (2013) complementa:

As nações são [...] fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas.

Uma outra definição clássica de nação vem de *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson (2008): “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. O autor a chama de “imaginada” porque nunca todos os seus compatriotas se conhecerão uns aos outros ou se encontrarão de fato, embora compartilhem de uma percepção de pertencimento e comunhão. Este caráter vale para qualquer comunidade maior que uma aldeia em que as pessoas se conheçam. “Limitada” quer dizer que, por mais porosas e elásticas ou em disputa que sejam as fronteiras de uma comunidade, elas serão sempre finitas, jamais com a pretensão de englobar toda a humanidade. “Soberana” se refere à independência desta comunidade frente à Igreja, a qualquer ordem sobre-humana ou a dinastias; um conceito que reflete sua origem iluminista e revolucionária, em que a liberdade estaria associada à soberania sobre um dado pedaço de terra. Finalmente, imagina-se como “comunidade” pois, por mais desigual que possa ser, a nação está fundamentada em uma ideia de camaradagem horizontal; fraternidade esta que Anderson entende justificar, em parte, milhões de pessoas matarem ou, sobretudo, morrerem por uma criação imaginária e limitada. Quanto aos critérios para distinguirmos uma nação, Anderson também busca um conceito abrangente: a única maneira de dizer se uma nação existe é se um número expressivo de pessoas compreende-se enquanto nação.

Por trás da nação, há um fenômeno que também precisamos analisar. Quanto ao **nacionalismo**, Hobsbawm (2013) recupera e elabora em cima da definição de Gellner (1994) mais focada na política: “fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente”. Hobsbawm adiciona que o dever político de um grupo de certa nacionalidade em relação à sua nação supera todas as outras obrigações públicas, especialmente em tempos de guerra, quando ele supera basicamente todos os outros deveres. Para o autor isto diferencia o “nacionalismo moderno de outras formas, menos exigentes, de identificação grupal ou nacional”, e argumenta que “o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (HOBBSAWM, 2013, p. 19). Neste sentido, o autor aponta que o nacionalismo e a nação são caracterizados pela modernidade, dentro da qual nasceram. Como exemplo primordial, o historiador aponta o



caso da Revolução Francesa, que consagra o modelo de Estado-cidadão territorial. A partir desta época, começa a se estabelecer a identidade: nação = povo = Estado.

Benedict Anderson (2008) compreende ainda o nacionalismo como um produto cultural, possibilitado a partir de transformações profundas na sociedade europeia, que mais tarde exportaria essa mentalidade. A nação e a nacionalidade são criações do final do século XVIII, frutos de uma complexa interação de processos históricos englobando os chamados “Descobrimentos”, o legado iluminista, o capitalismo mercantil e o advento da imprensa. Novos vínculos seriam responsáveis pela coesão da população à medida que entravam em decadência os vínculos com a sacralidade da Igreja, das escrituras, do latim, da comunidade religiosa e do determinismo dinástico.

### 3.2 LÍNGUA IMPRESSA E NAÇÃO

Para Anderson (2008), é neste contexto que ganha centralidade o fenômeno do *capitalismo tipográfico*, em que a revolução da imprensa dentro do modo de produção capitalista difunde novas ideias com simultaneidade, abrindo caminho para uma nova forma de comunidade imaginada e uma consciência nacional, criando novos vínculos imaginados ao interligarem pessoas e regiões em uma “comunidade horizontal-secular transtemporal”. A língua impressa terá papel seminal para uma consciência nacional, especialmente por parte da crescente burguesia. O latim era utilizado como língua franca por diferentes nacionalidades, porém era sobretudo escrito e as publicações nessa língua tinham um público restrito. A língua falada era tão diversa que não tinha um poder tão grande para a coesão. Benedict Anderson cita três formas que o capitalismo tipográfico lançou as bases para a consciência nacional. Primeiro, argumenta que a língua impressa criou um estrato vernacular intermediário entre o latim e os vernáculos falados, possibilitando maior comunicação e intercâmbio (ANDERSON, 2008, grifos do autor):

Os falantes da enorme diversidade de variantes francesas, inglesas e espanholas, que achariam difícil ou mesmo impossível se entender oralmente, puderam se entender através do papel e da letra impressa. Com isso, foram tomando consciência gradual das centenas de milhares, e até milhões, de pessoas dentro daquele campo linguístico particular, e ao mesmo tempo percebendo que *apenas essas* centenas de milhares, ou milhões, pertenciam a tal campo. Esses companheiros de leitura, aos quais estavam ligados através da letra impressa, constituíam, na sua invisibilidade visível, secular e particular, o embrião da comunidade nacionalmente imaginada.

Além disso, o capitalismo tipográfico concedeu uma nova fixidez à língua, que contribuía com a ideia de antiguidade subjetiva da nação. Por último, esta revolução

tipográfica “criou línguas diferentes dos vernáculos administrativos anteriores. Inevitavelmente, alguns dialetos estavam ‘mais próximos’ da língua impressa e acabaram dominando suas formas finais” (ANDERSON, 2008).

No longo processo de criação da língua impressa, a língua deu coesão e plataforma. Além do que se abordou no primeiro capítulo (sobre a língua criar as possibilidades de comunicação entre seres e também criar as referências para o processo de construção da identidade), a língua, na sua modalidade escrita, com o advento da imprensa, lança uma das bases do nacionalismo: permite uma crescente conscientização nacional a partir da coesão linguística e senso de interligação entre populações, em distintas cidades, províncias e territórios (ANDERSON, 2008). Além disso, a língua também é, historicamente, um dos critérios mais recorrentes para delimitações de nações, assim como a etnia e uma combinação delas conhecida como critérios etnolinguísticos.

### 3.3 COLONIALISMO: EXPANSÃO DA “NAÇÃO” E DA LÍNGUA

No caso da língua portuguesa, o ápice do seu alcance geográfico ocorreu no século XIX, através do processo de expansão do projeto colonial. Neste duradouro processo, as perspectivas de língua e suas distintas associações com o poder foram exportadas para diversas partes do globo. (Eivada de racismo, vale dizer.) Assim, acabou-se criando vastas redes transnacionais de pertença linguística e conflito de identidades.

Vale lembrar que a propósito do império colonial português, Leonor Pires Martins observa que “a ideia de nação se deslocou para um imenso aglomerado de territórios dispersos e distantes entre si, cujo domínio direto e efetivo acabaria por ser mais fictício do que real, mais da ordem do ilusório do que do factual” (MARTINS, 2012, p. 20). E, muito embora o mapa desenhado no tempo dos colonialismos já não sirva, Jessica Falconi observa que a duração das antigas fronteiras “foi interiorizada pelos projectos das nações independentes, aliada à reprodução e ao surgimento de antigos e novos vectores de desigualdade, que (re)fragmentam a ‘unidade’ do mundo” (FALCONI, 2013, p. 277), o que constitui uma “herança problemática que continua a pairar no plano simbólico” (SOUSA, 2013).

Ao final deste longo processo, houve o que se chamou de descolonização, um processo igualmente complexo. Quanto à descolonização e suas consequências, Hobsbawm (2013, p. 237) observa:

Descolonização significa que, de modo geral, os Estados independentes foram criados fora das áreas existentes de administração colonial, mas dentro de suas

fronteiras coloniais. Estas, evidentemente, foram delineadas sem nenhuma referência aos seus habitantes (ou mesmo sem o seu conhecimento) e, portanto, não tiveram nenhum significado nacional ou mesmo protonacional para suas populações; exceto para as minorias ali nascidas, ocidentalizadas e colonialmente educadas, e que embora variassem eram, em geral, de tamanho exíguo. (...) Em resumo, o apelo da maioria dessas “nações” e “movimentos nacionais” foi exatamente o oposto do nacionalismo que procura estabelecer laços entre aqueles considerados como tendo, em comum, uma etnicidade, uma linguagem, uma cultura, um passado histórico e assim por diante.

### 3.4 COMUNIDADES LINGUÍSTICAS

Em Relações Internacionais, as comunidades linguísticas ou grupos linguísticos são os países ou nações de mesma língua oficial, ou o conjunto das populações de mesma fala onde quer que estejam. Um traço em comum nesses conjuntos é, para além da língua em si, a ligação geralmente também histórica, cultural e identitária pelo processo de colonização e descolonização de uma potência europeia (BREITENVIESER, 2011). Também pode se chamar de comunidade linguística o grupo de países unidos em uma organização internacional de base linguística, como a *Commonwealth of Nations*, a Organização Internacional da Francofonia (OIF) e a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). Nestas estão representados os Estados soberanos em si, podendo incluir também países sem expressão na língua em questão, como Moçambique na *Commonwealth*.

O caso mais emblemático é o da **Francofonia**, que serviu de base para o nome Lusofonia. O termo em si foi criado em 1880 por Onésime Reclus, um geógrafo que pensava que uma das formas de agrupar as pessoas era por meio da língua falada. À época não havia a conotação de comunidade de países. Foi na década de 1970, no entanto, que a referência passou a ser o movimento a favor da língua francesa em âmbito global (GALITO, 2012).

Em 1970, a Comunidade Francófona foi institucionalizada com o nome de Agência de Cooperação Cultural e Técnica (ACCT), mais tarde sendo designada como Organização Internacional da Francofonia (OIF), como ainda é conhecida (GALITO, 2012). No entanto, segundo Faraco (2012), ela “procura desvincular a língua francesa da França (faz, então, o discurso da copropriedade da língua) e procura apresentar a entidade como totalmente desvinculada dos interesses estratégicos da França”, o que mascararia o fato da França ser o país que mais contribui com a organização e que tem maiores ganhos comerciais no bloco:

Na “Carta da Francofonia” (publicada em 2005), lê-se que a OIF é uma instituição voltada para a construção de um mundo que respeite a diversidade cultural e linguística, no qual a língua francesa e os valores universais [quais sejam, a democracia, a paz, os direitos humanos, o diálogo intercultural, a promoção da educação, da cooperação econômica e do desenvolvimento sustentável] se

desenvolvam e contribuam para uma ação multilateral original e para a formação de uma comunidade internacional solidária.

A **Anglofonia** diz respeito ao conjunto das populações de fala inglesa. A população que tem inglês como primeira língua é estimada em 330 a 360 milhões de pessoas, sendo mundialmente a terceira maior – depois de mandarim e espanhol. Da mesma forma que a “fonia” francesa, há uma diferença na área da comunidade dos falantes em si e da organização de Estados em torno da língua.

A principal instituição da Anglofonia é a *Commonwealth*, sendo mais antiga que a própria Organização da Francofonia. Neste caso, uma grande diferença da área da Anglofonia e da instituição *Commonwealth* são os Estados Unidos da América, sendo o país com o maior número de falantes nativos do inglês (cerca de 215 milhões) e não fazendo parte da Comunidade. Nascida como *British Commonwealth*, em 1931, a organização passou a se chamar *Commonwealth of Nations*, em 1946. Hoje conta com quase dois bilhões de habitantes, em 53 territórios autônomos. Diferente da OIF, um traço marcante, que liga a *Commonwealth* à história imperial e colonial, é a organização ainda ser chefiada pela Rainha Elizabeth II (GALITO, 2012). De qualquer forma, Faraco (2012) ressalta que:

No site e nos documentos oficiais desta organização, não se faz qualquer menção ao fato de que praticamente todos os 53 países membros foram colônias britânicas; não se diz que o país que mais contribui para o orçamento da entidade é a Grã-Bretanha, que é também o principal centro de fomento das chamadas ações de cooperação e que, em retorno, é o país que mais se beneficia dos laços que sustentam, livres de amarras, as relações comerciais entre os membros da entidade.

Por último, a **Hispanofonia** compreende as populações de fala espanhola, de 500 a 550 milhões de pessoas no mundo, fazendo do Espanhol a segunda língua com mais falantes nativos. São 21 Estados soberanos que têm o Espanhol como língua oficial ou co-oficial, a maioria na América Latina. A Hispanofonia e a Lusofonia compartilham fronteiras tanto na Europa quanto na América. Cabe mencionar que a Hispanofonia não conta com uma organização com a *Commonwealth* ou a OIF.

## 4 LUSOFONIA

“O português é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram porque a língua não é a prova de nada mais, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo.”  
(Amílcar Cabral, político, agrônomo, poeta e líder anti-colonial cabo-verdiano e bissau-guineense)

P.A.L.O.P. – pretos afrikanos de língua obrigatória portuguesa  
“[...] o português ofereceu-nos o inferno komo herança muitos entregaram-se ao crime komo vingança mas o criminoso real ke nos oprime numa mansão deskansa.  
“Eu sou, tu és, ele é... eskravo do passado  
Nós somos, vós sois, eles são... a razão deste fardo.”  
(Bob Da Rage Sense, rapper e ativista dos direitos civis angolano)

A **Lusofonia**, assim como as outras comunidades, possui distintas definições, mais ou menos abrangentes. Todas se fundamentam na língua portuguesa, porém o enfoque pode variar entre países, territórios ou populações em si de fala portuguesa, incluindo seus dialetos e “crioulos”.

O vocábulo é considerado um neologismo, baseado no predecessor Francofonia. Etimologicamente, “Luso” faz referência a Portugal e à sua língua, a partir do histórico nome da província romana da Lusitânia, enquanto “fon” se refere à voz e à fala, amalgamando os falantes da língua portuguesa.

O “Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea” da Academia das Ciências de Lisboa, assim define Lusofonia e Lusófono:

Lusofonia s.f (De lusófono + suf. -ia). 1. Qualidade de ser português, de falar português; a que é própria da língua e cultura portuguesas. 2. Comunidade formada pelos países e povos que têm o português como língua materna ou oficial. 3. Difusão da língua portuguesa no mundo.

Lusófono, a. adj. (Do luso + suf. -fon). 1. Que fala português. 2. Diz-se do país ou povo cuja língua materna ou oficial é o português.” (ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001, p. 2310<sup>5</sup> *apud* PING, 2003)

Ping (2003) assim nos apresenta a Lusofonia:

Numa óptica linguística e cultural com a Lusofonia designa-se uma comunidade linguística, formada pelos falantes de português, com características culturais e históricas afins. Falando em termos geográficos e sócio-políticos, a Lusofonia refere-se aos 8 países de língua oficial portuguesa. Como o português é uma das

<sup>5</sup> Academia das Ciências de Lisboa, Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Verbo, vol. G-Z, 2001, p. 2310.

duas línguas oficiais da Região Administrativa Especial de Macau, é nesse sentido que Macau também faz parte da Lusofonia. O português que constitui o traço básico da Lusofonia é o laço histórico-cultural, que marca a identidade das comunidades dos luso-falantes. Por razões históricas sobejamente conhecidas, as “relações tradicionais especiais” entre os povos lusófonos mantêm-se através dum bem comum que é a língua portuguesa.

Em outras palavras, a Lusofonia é uma ideia, um conceito, um conjunto, e/ou um projeto. Não há um representante oficial que regule ou determine o que é a Lusofonia. O que há são organizações e ações que operam dentro dessa lógica e desse escopo.

Da perspectiva com foco no Estado e na oficialidade, a Lusofonia compreende os países onde o português é a língua oficial (ou co-oficial) e que tem uma população significativa que se expressa na língua, também conhecido como o Grupo dos Oito: Brasil, Moçambique, Angola, Portugal, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Em comum, todos foram colônias de Portugal. Por critérios oficiais, Guiné Equatorial passou a fazer parte da Lusofonia em 2011, quando tornou a língua portuguesa co-oficial ao espanhol e ao francês (OLIVEIRA, 2013), sob a justificativa que na sua ilha de Ano-Bom/Annobón se fala um “crioulo de base portuguesa” chamado de *Fá D’Ámbo* ou *Annobonense*, por 5.000 pessoas (Ethnologue, online)<sup>6</sup>. Uma perspectiva oficial mais alargada inclui, além dos Estados soberanos, a região autônoma de Macau, na China, onde o português é co-oficial com Mandarim até 2049 – em que pese o declínio histórico na fala.

---

<sup>6</sup> Retirado de: <<https://www.ethnologue.com/language/fab>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

Figura 1 – Mapa dos países e regiões onde o português é língua oficial e suas respectivas populações aproximadas



Fonte: Galito (2017).

Tomando o Grupo dos Oito como parâmetro, Oliveira (2013) descreve:

A língua ocupa oficialmente 10,7 milhões de km<sup>2</sup> e está presente na América, África, Europa e Ásia – nesta ordem em termos demolinguísticos – e tem de 221 a 245 milhões de falantes como primeira ou como segunda língua em variados graus de proficiência, número que cresce em velocidade moderada, com grandes variações entre os continentes: baixo crescimento na Europa e na Ásia, médio crescimento na América do Sul e grande crescimento na África Meridional, hoje o maior polo de crescimento vegetativo do idioma.

Um outro alargamento possível abarca a comunidade autônoma da Galícia/Galiza, na Espanha, se considerarmos a relação matricial da língua galega em relação à portuguesa, que alguns linguistas argumentam formar juntas um diassistema de intercompreensão (BAGNO, 2013; LAGARES, 2013).

Do ponto de vista das populações, podemos incluir Goa, Damão e Diu, na Índia, que foram domínios portugueses por mais de 450 anos, onde a fala portuguesa se encontra em declínio e existem resquícios de “crioulos de base portuguesa” (*língua da casa*, em Damão, e *língua dos velhos*, em Diu). No Uruguai, ainda, cerca de 15% da população fala o português

uruguaio<sup>7</sup> também chamado de Dialetos Portugueses do Uruguai (DPU), especialmente nos departamentos fronteiriços e na cidade de Rivera; embora não oficial, o português/DPU tem recebido atenção crescente por parte do governo uruguaio, como língua de interesse especial para educação (LOPES, 2013). Neste critério centrado nas pessoas, ainda é possível englobar as diásporas de língua portuguesa dispersas pelo mundo. Há uma significativa população lusófona na América do Norte, principalmente imigrantes e descendentes de portugueses, brasileiros e angolanos. Em diferentes países europeus, no Japão (principalmente brasileiros e nipo-brasileiros), na África do Sul e na Venezuela também se verificam expressivas populações lusófonas (OLIVEIRA, 2013).

Em termos institucionais, a mais relevante e referida organização é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), congregando o Grupo dos Oito mais Guiné Equatorial. Por vezes, a Lusofonia também pode ser entendida como sinônimo da CPLP. O termo Lusofonia é relativamente recente, possivelmente a mais recente das “fonias”. Enquanto tema e quanto à recorrência, é muito veiculado e debatido em Portugal, pouco falado e discutido no Brasil e visto com suspeição principalmente nos países africanos. O vocábulo e sua ideia ganharam proeminência após a descolonização da África portuguesa, na década de 1970, com o fim do projeto colonial e o declínio das teses luso-tropicalistas instrumentalizadas pelo salazarismo (FARACO, 2012).

Atualmente, Lusofonia é o termo mais utilizado, embora haja alternativas: “lusografia” faria uma referência direta à língua escrita e não falada; “lusofilia” concerne o amor à língua portuguesa, que também incluiria os e as pesquisadoras da língua, da cultura e das relações do mundo lusófono; “galeguia” toma por referência o território e a língua de origem do português, Galécia/Galícia/Galiza, o que retiraria a centralidade do território de Portugal do nome da comunidade que o transcende, diminuindo animosidades e desconfianças – na medida que a partícula “Luso” pode fazer referência ao país Portugal, e não só a língua. Isto é particularmente preocupante para os países africanos, que têm mais viva a memória do colonialismo, especialmente das Guerras Coloniais/de Libertação Nacional.

#### 4.1 ORIGEM DA LÍNGUA

Tradicionalmente, compreende-se que a língua portuguesa descende diretamente do latim, especificamente do latim vulgar. Alguns historiadores e linguistas, como Bagno (2013)

---

<sup>7</sup> Retirado de: <<https://www.dn.pt/globo/interior/centenas-de-milhares-de-uruguaio-tem-portugues-como-lingua-materna-4751661.html>> Acesso em: 7 dez. 2017



e Lagares (2013), sustentam que o português é uma continuação histórica da língua galega que, de fato, teria vindo do latim vulgar/romance falado na região histórica da Galécia, a noroeste da Península Ibérica – abarcando o Reino da Galécia e o Condado Portucalense. É neste romance que são escritas as folclóricas trovas medievais galegas, frequentemente referidas como obras fundamentais da literatura galaica. Bagno (2013) argumenta que pelo século XII, provavelmente esta era a fala tanto no Reino da Galécia (território que hoje é a Galécia), ao norte do Rio Minho, e no Condado Portucalense (território que hoje é Portugal), ao sul do Minho.

Por motivos políticos, esta fala foi proclamada como língua portuguesa quando da oficialização do vernáculo em 1290 no Reino de Portugal, variando no contato com as falas moçárabes ao sul do antigo Condado Portucalense conforme o reino se expandia até o Faro, na chamada Reconquista Cristã. Mais tarde, haveria ainda maiores variações no âmbito das chamadas grandes navegações, ao entrar em contato com uma vasta diversidade linguística com os povos ameríndios, africanos, índicos, sínicos e nipônicos, por exemplo.

Ao mesmo tempo, o galego seguiu como uma fala periférica frente às línguas leonesa e castelhana, esta última que foi escolhida como a língua oficial dos reinos que viriam a compor o atual Estado espanhol. Sobretudo sob a ditadura centralizadora e fascista de Franco, o galego – assim como as outras línguas do território espanhol – foi marginalizada e sufocada, tendo sido estigmatizada como um falar rural de menor prestígio, sofrendo grande influência do castelhano (LAGARES, 2013).

Embora ambas línguas inegavelmente tenham se transformado neste processo de séculos desde o cisma com a independência portuguesa, em 1119, Bagno (2013) e Lagares (2013) argumentam que o português descende diretamente do galego (e não do latim vulgar), sendo assim sua continuação histórica<sup>8</sup>. Eles afirmam que as duas línguas formam um diassistema: conjunto de dois sistemas linguísticos com alto grau de inteligibilidade mútua que formam uma língua histórica. Desta perspectiva, o galego não só seria parte da Lusofonia como também seria sua célula matricial.

## 4.2 COLONIALISMO E LUSO-TROPICALISMO

A partir das grandes navegações, os portugueses se depararam com um complexo universo linguístico e étnico, da América até o leste da Ásia, passando pela África e pelas

---

<sup>8</sup> “Portanto, o português não ‘veio do latim’. A língua que tem esse nome, português, é na verdade a continuação histórica, com outro nome, da língua românica que se desenvolveu na região desde sempre chamada Galécia-Galiza, ou seja, do galego” (BAGNO, 2013, p 334).

Índias. Ao longo de todo este período histórico (1419-1974), o português esteve em contato com um enorme número de falares, afetando e sendo afetado por este contato. Neste encontro, entre outras variações, formaram-se os “crioulos” de base portuguesa e as línguas gerais de base tupi. Para este trabalho, importa-nos saber como foi a relação político-linguística com essa diversidade de línguas, etnias, identidades e cosmovisões, para entendermos melhor a configuração atual da Lusofonia, suas idiosincrasias e seus desafios.

Em termos de **política linguística** (também conhecida como glotopolítica), a principal abordagem era a política de inibição das línguas nativas, assim como das línguas trazidas pelos africanos escravizados ao longo do período colonial brasileiro. Um significativo evento nesta glotopolítica portuguesa foi a decisão do Marquês de Pombal, em 1757, de coibir as línguas nativas no Estado da Índia e proibir as línguas gerais no Brasil, obrigando o uso do português em todas as instâncias públicas, assim como o ensino da língua portuguesa (FARACO, 2012). Cumpre mencionar que as línguas gerais eram hibridizações do português com línguas indígenas de base tupi, faladas a princípio pela população mestiça, mas também pelos catequistas, pelos bandeirantes, e mesmo entre diferentes grupos etnolinguísticos autóctones. Ou seja, suas diferentes variedades foram amplamente utilizadas como língua franca para a intercompreensão no ambiente de alta diversidade linguística na América Portuguesa. Este ato deixou um consequente legado para a fixação da língua portuguesa em território brasileiro, com desdobramentos que chegam aos dias de hoje.

Cumpre ressaltar que esta decisão do Marquês de Pombal refletiu diretamente na fixação da língua portuguesa no território brasileiro, por exemplo, a partir de negação de outros falares. Isto não necessariamente significa que houve significativos esforços da coroa portuguesa para, de fato, promover a língua portuguesa, tanto na sua modalidade falada quanto escrita. O baixo comprometimento com o ensino e com uma aprendizagem formal da língua portuguesa foi um dos aspectos da colonização portuguesa tanto no Brasil quanto na África e na Ásia (BREITENVIESER, 2011).

Camila Breitenvieser (2011) aponta que, durante o período colonial, Portugal não tinha uma política para língua que fosse coesa, resultando em uma fixação incompleta da língua. Isto seria reflexo da pouca importância que o assunto da educação tinha para o império que, por sua vez, refletiria nos déficits em literacia nas ex-colônias até hoje. Para ilustrar, a autora cita Lourenço (1999<sup>9</sup>, p.123):

---

<sup>9</sup> LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999.

Que ela seja hoje fala de um país-continente como o Brasil ou língua oficial de futuras grandes nações como Angola e Moçambique, que em insólitas paragens onde comerciantes e missionários da grande época puseram os pés, de Goa a Malaca ou a Timor, que a língua portuguesa tenha deixado ecos da sua existência, foi mais benevolência dos deuses e obra do tempo do que resultado de concertada política cultural.

Para Breitenvieser (2011), “a falta de estratégia governamental na temática educacional, cultural e de uma política de língua, deve-se ao fato das mesmas nunca terem sido entendidas como necessárias”. Sobre os motivos para tanto, a autora se refere à obra de Margarido (2000, p. 50) em que três seriam as razões: primeiro, a ideia de que as pessoas colonizadas deveriam trabalhar dispensando a comunicação, em consonância com as concepções racistas de então, de que os escravizados seriam intelectualmente inferiores e com menor capacidade de aprender o português com acurácia; segundo, porque a língua acabava se expandindo pelo império colonial mesmo sem grandes investimentos da coroa; terceiro, pela dependência que a ignorância trazia: “o facto de lhe ser recusado o acesso à escrita constitui por isso uma operação destinada a assegurar a permanência do estatuto de inferioridade” (MARGARIDO, 2000<sup>10</sup>).

Esta baixa relevância de uma política linguística e educacional sólida se refletiria até hoje nos baixos índices de alfabetização na Lusofonia. Ana Isabel Madeira (2003) admite que, por um lado, a língua portuguesa conseguiu se impor sobre as outras e se impor enquanto norma escrita, até mesmo integrando distintas falas, mas ressalva que, por outro lado, isso não quer dizer que as pessoas se alfabetizaram ou que a norma culta tenha sido uniformemente estendida a todos esses povos, visando uma integração de fato.

Cumprir aqui reiterar que, para os fins deste trabalho, essa fixação incompleta da língua importa tanto na discussão sobre a hipotética uniformidade linguística na Lusofonia quanto sobre a existência de uma identidade lusófona monolítica. Essa fixação incompleta acabou deixando muitos falantes e escritores longe da norma tida como culta e isto criou uma grande diferenciação, abrindo um grande espaço para a ocorrência de desvios linguísticos.

Neste sentido, dentro de uma concepção moderna de estrutura de valores e ideologias, coloca-se uma extensa hierarquização dos falares e das variedades: a língua portuguesa sobre as nativas, a língua portuguesa sobre seus “crioulos”, quem tem português como língua materna sobre quem o tem como língua adicional, quem domina a escrita sobre os iletrados, quem fala português europeu continental sobre quem fala, por exemplo, português

---

<sup>10</sup> MARGARIDO, Alfredo. **A lusofonia e os lusófonos**: novos mitos portugueses. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

moçambicano (mesmo no caso em que a língua seja materna para ambos). Em suma, dentro da nossa ideia de “civilização” e ideologias linguísticas, os desvios linguísticos traduzem-se também em distâncias sociais, assim como o que é visto como “desvio” já é baseado na distância social (BREITENVIESER, 2011).

Um outro evento relacionado à política linguística e à questão identitária na Lusofonia foi a independência do Brasil. Em 1822, o país se tornou o único outro Estado soberano, além de Portugal, de língua oficial portuguesa, e permaneceria como tal até 1974/75. Por um lado, este evento é fundamental na dimensão prática do desenvolvimento da língua e suas variações. Por outro lado, em termos de política linguística e gestão da língua, isto não representou uma grande mudança. Isto porque, para Faraco (2012), “a tradição intelectual que veio a predominar no Brasil pós-independência foi defensora de uma espécie de incondicional vassalagem linguística a Portugal”, seguindo fortemente os padrões da norma culta escrita europeia, incluindo aspectos gramaticais diferentes da língua de fato falada no Brasil. Também sob esta “vassalagem” está o fato de que o Brasil permaneceria inativo na promoção da língua portuguesa no exterior por décadas.

Ao longo do período colonialista de Portugal, outro fator que teve um grande impacto sobre a formação da Lusofonia foram as teses luso-tropicalistas sintetizadas pelo escritor brasileiro Gilberto Freyre. O que Freyre propôs, e que mais tarde seria instrumentalizado pelo regime salazarista, era que o colonialismo português continha, em algum nível, um excepcionalismo na relação com os povos colonizados. Assim, diferente de outras potências coloniais, Portugal teria buscado se miscigenar e integrar, formando uma sociedade luso-tropicalista, muito mais tolerante e pacífica que qualquer outra empreitada imperialista. O **luso-tropicalismo**, enquanto expansão de uma ideia de unidade supranacional, deixou fortes marcas na autopercebida identidade lusófona, e acabou sendo instrumentalizado para a sustentação discursiva do projeto colonialista português. Este traço de um suposto excepcionalismo nas relações entre Portugal e suas colônias buscou ser ressaltado sobretudo a partir dos anos 1950, momento em que os movimentos pró-independência e de libertação nacional passam a agir de forma mais intensa em todo o continente africano. As categorias discursivas do luso-tropicalismo foram, neste sentido, apropriadas pelo salazarismo enquanto discurso ideológico que buscou atrasar os processos de libertação nas colônias portuguesas.

Podemos entender melhor este contexto a partir do conceito de “Portugalidade”, ou a qualidade do que é tipicamente português, intimamente relacionado ao discurso salazarista (SOUSA, 2013, p. 06):

“[...] a sua cunhagem é balizada pelo portal Ciberdúvidas da Língua Portuguesa nas décadas de 50 e 60 do século XX, portanto, em pleno Estado Novo. Trata-se de um conceito, desde logo, centrado no ‘eu’ (Portugal) e que pode ser contextualizado na ideia de “Portugal do Minho a Timor”. O slogan do Estado Novo começou em 1951 com a revogação do “Ato Colonial”, com o qual o Governo português passou a defender que Portugal seria um todo uno e indivisível, do Minho a Timor, em que todas as colónias passariam a ser províncias, tal como as outras que existiam na metrópole. Foi desenvolvida, a partir daí, uma retórica destinada a sustentar um mito que apoiasse a ideia de que não haveria razões para o desenvolvimento de movimentos independentistas nos territórios portugueses de África e da Ásia”.

Dessa forma, Portugal tentava se afirmar como um país plural e multirracial. Crescentemente pressionado em organismos como as Nações Unidas, o país tentava com esse discurso se defender e se reposicionar em um cenário de descolonização quase completa na África e na Ásia. Por fim, a defesa de seu sistema colonial colapsaria após a Revolução de 25 de abril de 1974, também conhecida como Revolução dos Cravos, momento a partir do qual o país passaria a negociar com os movimentos de libertação em suas colônias, que já estavam em processo avançado de luta contra a metrópole portuguesa. Do ponto de vista das “províncias ultramarinas” africanas, este foi o desfecho de uma guerra que durou 13 anos. A Guerra Colonial (ou Ultramarina), da perspectiva de Portugal, ou Guerra de Libertação, da perspectiva das colônias, causou enorme destruição humana e física no continente africano. Até o final de 1975, todas as colônias (com exceção de Macau) conseguiriam a independência política<sup>11</sup>.

#### 4.3 PÓS-COLONIALISMO

Este é um período crucial para se entender as características e desafios da Lusofonia hoje, com importantes desdobramentos para a língua e a identidade. O ano de 1975 marcaria o início de um novo período em grande parte do mundo lusófono. Países como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau finalmente conquistavam sua independência, buscando constituir seus próprios Estados-nacionais. Deve-se perceber que as independências ocorreram em um contexto de muita diversidade linguística e regional dentro destes novos países pós-coloniais. Neste sentido, o português, que já tinha o uso de língua franca, inclusive na resistência a Portugal, passa a ser utilizado e visto como língua de unidade nacional durante a Guerra e sob a nova soberania. Assim, a língua portuguesa poderia ser ressignificada e utilizada como forma de coibir particularismos étnicos e movimentos

---

<sup>11</sup> Embora Timor-Leste tenha conseguido a independência de Portugal neste período, o país acabou sendo ocupado pela Indonésia, não alcançando sua soberania, de fato, até 2002.

regionais de secessão, como enfrentariam, por exemplo, Angola e Moçambique, na busca por sua unidade e sua identidade nacionais.

Embora a guerra com Portugal tivesse acabado, este também é um período marcado por guerras civis, em Angola e Moçambique, além de instabilidade política em Guiné-Bissau e a ocupação do território timorense pela Indonésia. Além de tudo, os novos países estavam com a infraestrutura – incluindo o sistema de ensino, por exemplo – arrasada.

É neste contexto pós-colonial, com a queda do “império colonial português”, que a utilização do termo Lusofonia começa a ganhar espaço. Neste momento, cumpre ressaltar, a referência a Portugal pelo prefixo “lusó” era muito mais delicada, dado o trauma e a suspeição em relação à “portugalidade”, bandeira do Estado Novo (SOUSA, 2013). Traçando um panorama, Faraco (2012, p. 40) contextualiza o uso do termo e o estado do projeto:

O termo Lusofonia começou a circular em Portugal anos depois da descolonização. Como sabemos, o colonialismo português foi o último a se dismantelar, o que só ocorreu em 1974/75, depois de 15 anos de guerras coloniais e de 20 anos da resistência salazarista à sistemática condenação internacional. Nos primeiros anos do período pós-colonial, pouco ou nada se fez: Portugal lutava para se estabilizar política e economicamente; os sentimentos anticoloniais nos novos países eram ainda muito grandes; as guerras coloniais foram sucedidas por guerras civis em Moçambique (que só conheceu a paz em 1992) e Angola (cuja paz veio só em 2002); e o Timor-Leste foi alvo de ocupação militar da Indonésia desde 1975 até 1999. Só por volta de meados da década de 1980 é que Portugal – integrado formalmente à Comunidade Europeia em 1986 – volta a se aproximar de suas ex-colônias africanas.

No mesmo contexto, o Brasil iniciava seu processo de redemocratização a partir do ano de 1985, com uma eleição indireta à Presidência da República pelo Congresso Nacional. A transformação do regime político traria impactos à agenda externa brasileira. Em um primeiro momento, houve uma resistência brasileira, ao longo do governo de José Sarney, em abrir mão de parte de sua política externa voltado aos países do "terceiro mundo". Neste momento, ainda também sob a sombra da Guerra das Malvinas, o Brasil propõe o estabelecimento da ZOPACAS, a Zona de Cooperação do Atlântico Sul, que buscava estreitar os laços políticos entre os dois lados do Atlântico, incluindo muitos dos novos países recentemente independizados (VISENTINI, 2010).

Ainda neste contexto, começam a surgir iniciativas brasileiras em torno de uma reformulação da Lusofonia, sendo um marco a pioneira Reunião de Cúpula de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, ocorrida em 1989, em São Luís do Maranhão. Esta reunião foi a primeira oportunidade na história em que os representantes da Lusofonia se encontraram, agora na qualidade de Estados soberanos, enfrentando traumas do colonialismo e suspeição. Nesta ocasião, foi concebido o Instituto Internacional da Língua

Portuguesa (IILP), situado na Praia, capital de Cabo Verde, e foram lançadas as bases sobre os quais se construiria a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a ser estabelecida em 1996.

#### 4.4 PROJETO DA LUSOFONIA: INSTITUIÇÕES E INTERESSES

A partir desta contextualização geral, é preciso compreender que há pelo menos dois diferentes entendimentos sobre o que significaria, em termos práticos, o projeto da Lusofonia atualmente. Por um lado, a Lusofonia enquanto espaço político-econômico, com um enfoque mais institucional e voltado às reuniões de cúpula e à criação de mecanismos de governança política e coordenação em nível estatal. Por outro lado, ou de forma complementar, há a ênfase na Lusofonia enquanto espaço linguístico-cultural, conectando povos, costumes e bens simbólicos e culturais, privilegiando-se os contatos a nível societal, com base na intercompreensão linguística e histórica.

Sendo assim, podemos pensar na Lusofonia como um mero agregado linguístico ou como (um projeto de) comunidade. No último sentido, são variadas as opiniões sobre a concretude, a viabilidade e as motivações por trás de tal projeto. Grosso modo, de acordo com as principais preocupações e finalidades, propõe-se neste trabalho a análise em duas dimensões: como um projeto político-econômico e como um projeto linguístico-cultural. Faraco (2012, p. 36) assim a compara com as outras comunidades linguísticas descritas neste trabalho:

A lusofonia, de certa forma, é a mais tardia e, talvez, a mais complicada e frágil de todas. Atrás dela não há, como na anglofonia e na francofonia, uma ex-metrópole colonial que tenha sido, no século XX, uma potência política, militar e econômica. Não há, portanto, um grande projeto estratégico de natureza política, econômica e cultural. Também não há, como na hispanofonia, uma forte articulação convergente de ações políticas, econômicas e de gestão da língua. Bem ao contrário: os dois únicos países em que o português é a língua majoritária agem isoladamente e em direções divergentes.

Moisés de Lemos Martins dá outra dimensão ao conceito de Lusofonia, extravasando de uma perspectiva meramente ideológica e defendendo que o conceito vai além de “objecto de mera curiosidade histórico-linguística ou até histórico-cultural”. Pelo que se assume, hoje a Lusofonia é um tema que congrega interesses “que têm a ver não apenas com aquilo que os países lusófonos são como língua e cultura no passado, mas também, sobretudo, com o presente e com o destino do ‘continente imaterial’ que estes países constituem” (MARTINS, 2006, p. 17). Deste ponto de vista, podemos contrapor Faraco e arguir que o fato de ela ser a mais recente das comunidades – e sem uma ex-metrópole de elevado poder político e

econômico nos últimos séculos – pode ser justamente o diferencial para se construir esta comunidade sobre outras e novas bases, com maior possibilidade de horizontalidade. Assim, a Lusofonia seria uma potência, em que pese ser mais no sentido de potencialidade do que poder político concreto.

No que toca às **instituições**, abordaremos duas iniciativas: o IILP e a CPLP. O **Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)** foi formalmente lançado na Reunião de Cúpula de 1989, em São Luís, conforme mencionado na seção anterior. No entanto, o instituto só começou a operar depois de 2002, sendo oficialmente incorporado à CPLP em 2005. Como objetivos, o IILP “promove um contato mais estreito entre os países e suas equipas técnicas, permitindo a execução de uma política linguística consensuada”, além de buscar promover, defender, enriquecer e difundir a língua portuguesa, “como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais”, de acordo com o sítio da organização<sup>12</sup>.

Quanto à gestão da língua, diferentemente da Hispanofonia, por exemplo, em que a Espanha detém quase que um monopólio, através do IILP se busca uma gestão comum da língua, trabalhando de forma paritária entre os nove países membros. Das ações e projetos do IILP, merece especial atenção seu trabalho para desenvolver o Plano de Ação de Brasília, que visa a promoção, difusão e projeção da língua portuguesa, assim como o trabalho de desenvolvimento do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, também em sintonia com a ideia da multiplicidade do português para além das variedades europeia e brasileira. Em suma, o IILP pode ser visto como a organização lusófona pioneira, além de cuidar da dimensão linguística da comunidade, que é, afinal, seu fundamento por excelência.

A **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**, fundada em 1996 e situada em Lisboa, Portugal, objetiva unir, através do laço comum da Lusofonia, países de quatro continentes diferentes, estabelecendo uma arena comum de cooperação e aproximação, marcada pela noção de solidariedade da diplomacia Sul-Sul. É uma organização de personalidade jurídica e com autonomia financeira, sendo que nenhum país a preside. Sobre sua estrutura e órgãos, a CPLP dispõe de um Secretariado Executivo, Conferência de Chefes de Estado e Governo, Conselho de Ministros, Comitê de Concertação Permanente, Reuniões Ministeriais Setoriais, Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, Assembleia Parlamentar e, desde 2005, foi integrado à organização o IILP. Segundo Faraco (2012, p. 43), a criação da CPLP ocorreu a partir de três eixos:

---

<sup>12</sup> Disponível em <<http://iilp.cplp.org/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.



[...] a concertação político-diplomática, a cooperação multiforme entre os Estados-Membros e a promoção e difusão da língua portuguesa. Foi, portanto, entendida por seus criadores como a organização política ordenadora da LUSOFONIA política, econômica e linguístico-cultural. (...) Na ótica diplomática brasileira, a CPLP representa basicamente uma opção estratégica para articular, com base na língua comum, uma cooperação Sul-Sul (Brasil – países africanos de língua oficial portuguesa – Timor) com a vantagem de ter um vértice na União Europeia (Portugal).

Em termos de concertação política, vale destacar o trabalho das Missões de Observação Eleitoral da CPLP, que estiveram presentes em uma série de pleitos dentro da Lusofonia, com atenção especial ao caso do referendo sobre a autodeterminação de Timor-Leste, assim como suas pioneiras eleições para a Assembleia Constituinte e presidenciais (1999, 2001 e 2002), ao longo de três anos de grande violência e instabilidade econômica e social, em que muito da frágil infraestrutura timorense foi destruída. Em termos geopolíticos e estratégicos, estas e outras missões da CPLP acabam sendo uma alternativa a missões de organizações internacionais ou de outros países extrarregionais, com menores laços culturais em comum.

Dentro da nossa análise, cabe também explorar os **interesses** e percepções dos países lusófonos em relação ao projeto de comunidade, seja no âmbito da CPLP, seja para além dela.

Conforme mencionado anteriormente, foi em **Portugal** que o termo Lusofonia começou a circular, logo depois da queda do regime de Salazar, na década de 1970, estando mais presente em debates e controvérsias do que no restante dos países, particularmente quando comparado ao Brasil, maior país lusófono. Em que pese a “eventual conotação negativa que uma reconstrução pós-colonial possa acarretar”, para a professora Helena Sousa (2016<sup>13</sup> *apud* FARACO, 2012) “o conceito de espaço lusófono ou de área cultural lusófona está profundamente enraizado na sociedade portuguesa e é usado correntemente por acadêmicos e elites culturais, econômicas e políticas”.

A participação na Lusofonia tem relevância em termos estratégicos e geopolíticos para Portugal, na medida em que a seu efetivo valor no contexto europeu subjaz a sua inserção extra-europeia. Neste sentido, por ser uma economia relativamente pequena na Europa e de reduzido poder político, Portugal teria no engajamento com os países de língua portuguesa uma forma de granjear influência política e econômica, sobretudo como um ponto de ligação entre a União Europeia e as diferentes regiões da Lusofonia e seus respectivos blocos econômicos: América do Sul (MERCOSUL), África (SADC, CEDEAO, CEEAC) e Ásia

---

<sup>13</sup> SOUSA, Helena (2006). A mobilização do conceito de lusofonia: o caso dos canais internacionais da RTP. In: MARTINS, Moisés de Lemos et al. (Ed.). **Comunicação e lusofonia**: para uma abordagem crítica da cultura e dos media. Porto: Campo das Letras. p.165-182.

(ASEAN) – caso Timor-Leste ascenda à associação. Esta perspectiva representa “uma vertente conceitual e discursiva menos centrada no linguístico-cultural e mais no político-econômico” (FARACO, 2012, p. 45).

Uma visão mais cética e crítica quanto aos interesses portugueses é sustentada por autores como Eduardo Lourenço, Alfredo Margarido e José Manuel Pureza – uma empreitada para reconstruir o antigo império colonial sobre novos pilares. Sob esta perspectiva, a Lusofonia seria “um projeto pós-colonial/neocolonial, uma tentativa de instauração do poder ‘soft’, uma estratégia de continuidade de dominação com outra roupagem, um espaço imaginário da nostalgia imperial” (FARACO, 2012, p. 45).

Vítor Sousa (2013) observa que diversos conceitos associados ao colonialismo teriam sobrevivido na sociedade e no imaginário português, mesmo depois da descolonização, como lusitanidade, portugalidade e, inclusive, império. Neste sentido, em Portugal, o conceito de Lusofonia estaria carregado política e ideologicamente. Para ressignificar o antigo interesse colonial, o termo seria um caminho facilitado ao reescrever a história, seletivamente apagando as disparidades sociais e de poder nas relações com o restante da, agora, comunidade. Sousa (2013, p. 6) segue argumentando, referindo-se às ideias de Eduardo Lourenço, que isto aconteceria por uma espécie de hiperidentidade portuguesa “decorrente de um déficit de identidade real, que [Portugal] compensa no plano imaginário”. Para Lourenço, “sendo um conceito simultaneamente cultural e linguístico, a lusofonia preenche um espaço imaginário de nostalgia imperial”, como forma de Portugal projetar sobre a comunidade seu déficit identitário e dificuldades frente à pressão de outros espaços linguísticos (FONSECA, 2013, p. 4):

[...] o ensaísta reflete sobre a complexidade de uma relação que se projeta como assimiladora, pois o imaginário mítico português concebe uma partilha cultural que não corresponde, na realidade, à forma como africanos e sobretudo brasileiros se veem a si mesmos. Esse reconhecimento de uma matriz cultural comum, no entanto, é indispensável para que a comunidade lusófona não seja apenas “um nome”, pelo que Eduardo Lourenço lança as premissas para um entendimento do conceito assente nas noções de pluralidade e diferença.

No **Brasil**, conforme mencionado anteriormente, o tema da Lusofonia não é tão debatido e estudado se comparado a Portugal. Levando em consideração que o Brasil é o maior país e economia da comunidade, e conta com a mais numerosa população lusófona, pode-se dizer que o país se insere com relativa timidez no bloco. No entanto, vale ressaltar que foi por iniciativa diplomática do Brasil que se reuniram, pela primeira vez, os chefes de Estado lusófonos em São Luís do Maranhão, em 1989 (conforme abordado na seção anterior).

No âmbito da diplomacia, a Lusofonia – assim como a África em geral, os foros multilaterais e a cooperação Sul-Sul – ganhou maior atenção na política externa brasileira com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência, em 2003. No escopo da educação, por exemplo, cresceu a vinda de estudantes de graduação e pós-graduação de outros países lusófonos (via convênios PEC-G e PEC-PG), assim como o intercâmbio de professores e técnicos universitários. Também com relativo interesse para a Lusofonia foi a instituição, em 2003, do estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Ensino Básico no Brasil. Outra ação de destaque foi a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), estabelecida em 2008 e situada em Redenção e Acarape (Ceará) e São Francisco do Conde (Bahia). A UNILAB é um exemplo de medida concreta de aproximação e cooperação entre o Brasil e os demais países da CPLP (VISENTINI, 2013). Carneiro (2013, p. 196) aponta a conexão entre diplomacia linguística e cooperação técnica e econômica na política externa brasileira do período:

A atuação internacional do Brasil através de convênios internacionais no âmbito acadêmico geridos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com países como o [...] Timor-Leste, a criação da [...] UNILAB, bem como a assinatura de diversos acordos de cooperação a serem geridos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) nos países da CPLP revelam a articulação estreita de projetos que visam à promoção da língua portuguesa, com projetos que desenvolvem relações econômicas entre diferentes países ou ainda que visam a projeção do Brasil no plano internacional.

Principalmente no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Brasil conduziu, junto aos países lusófonos africanos, uma série de projetos de cooperação nas áreas do trabalho, segurança, tecnologia, saúde, agricultura e programas sociais, sendo os PALOP a linha de frente dos projetos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Em termos econômicos, o Brasil aumentou o comércio e a presença de empresas nos países lusófonos, especialmente em Angola (Petrobrás, Odebrecht etc.) e em Moçambique (Vale, Petrobrás etc.). No caso moçambicano, o governo brasileiro ainda perdoou 95% da dívida externa do país, que foi seguido por uma abertura de crédito para comércio com o Brasil (VISENTINI, 2013).

Culturalmente, o Brasil também está presente nos países lusófonos por meio da televisão, particularmente através de suas novelas, que acabam por difundir representações da cultura e dos costumes brasileiros. Além da TV, também estão presentes igrejas, sobretudo evangélicas, principalmente nos países africanos. No caminho inverso, vale mencionar que, em 2014, começou a ser exibida a primeira telenovela angolana na televisão brasileira, *Windeck – Todos os tons de Angola*, no canal público TV Brasil. Em 2017, estreou uma

segunda produção angolana, também na TV Brasil, *Jikulumessu – Abre o olho*. Embora pareça de menor importância para a grande política internacional, esta veiculação televisiva é significativa em termos de intercâmbio e laços culturais, envolvendo dois países em que as telenovelas têm grande audiência. Neste mesmo sentido inverso, cumpre ainda apontar o papel que as religiões de matriz africana têm na aproximação cultural entre ambos os lados do Atlântico.

Além disso, é preciso destacar o relevante papel de coordenação política que a CPLP pode assumir, sobretudo durante períodos em que a comunidade teve atenção especial da diplomacia brasileira. Isso ocorreu, por exemplo, em 2003, “quando o Brasil promoveu consultas a fim de identificar possíveis medidas de apoio à Guiné-Bissau, que atravessava séria crise política e institucional” (VISENTINI, 2013, p. 115).

Por outro lado, em relação à gestão da língua, Faraco (2012) assume que “parece inegável que o Brasil, ao concentrar 85% dos falantes da língua portuguesa no mundo, tem um papel fundamental no futuro da língua e de sua difusão internacional”. No entanto, o autor entende que o país parece reticente em assumir esse papel, evitando um maior protagonismo na matéria, assim permitindo espaço para ações unilaterais de Portugal, que costuma ignorar o Brasil neste assunto. Faraco (2012, p. 37) ainda se refere às ideias de Gilvan Müller de Oliveira e Clara Dorneles (2007<sup>14</sup>), que “veem nessa atitude política do Brasil uma espécie de ‘complexo de colônia’ que o impede de se ver como coproprietário de uma língua que não pertence mais ao antigo colonizador”. Além disso, Faraco (2012, p. 44) posiciona-se criticamente quanto à perspectiva brasileira:

Numa síntese, pode-se dizer, então, que LUSOFONIA, no Brasil, em sua versão de senso comum, se resume a um discurso romântico de exaltação (do qual se distancia pouco o discurso acadêmico); ou, em sua versão governamental, é parte de uma estratégia de projeção geopolítica do país. Neste caso, porém, a língua parece ser mero pretexto para facilitar a presença brasileira na África como um todo a partir de uma base de apoio nos países africanos de língua oficial portuguesa.

Entretanto, é preciso reconhecer os diferentes pesos políticos que a efetiva operação ou não da CPLP têm sobre distintos países. Ao Brasil, é possível compensar um período de inatividade da organização com a ênfase em outros arranjos de tipo multilateral. Contudo, para países pequenos e especialmente dependentes da cooperação internacional, como Guiné-Bissau e Timor-Leste, uma brusca perda de importância da CPLP e de projetos acertados de cooperação podem auxiliar na agudização de crises prévias, gerando desconfiança e cautela

---

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Gilvan Müller de; DORNELLES, Clara (2007). Políticas internacionales del portugués. Disponível em: <[http://www.realinstitutoelcano.org/analysis/ARI2007/ARI135-2007\\_Muller\\_Dornelles.pdf](http://www.realinstitutoelcano.org/analysis/ARI2007/ARI135-2007_Muller_Dornelles.pdf)>.

em relação a novas tentativas de institucionalização de uma aproximação baseada nos preceitos culturais da lusofonia.

Desta forma, introduzimos a visão dos **Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa** (PALOP) e Timor-Leste no âmbito da Lusofonia. Na visão de Faraco (2012, p. 48):

Certamente, os países africanos de língua oficial portuguesa e o Timor-Leste visualizam, na cooperação com Brasil e Portugal, possibilidades para enfrentar a superação de seus problemas econômicos, sociais e culturais. Pelo que se percebe, porém, parece que a preferência de todos eles é por relações bilaterais e não por relações propriamente comunitárias, haja vista a pouca expressão (para não dizer a inoperância) da CPLP em seus quase quinze anos de vida.

Quanto ao contexto, Visentini (2010) observa que, desde que Portugal se uniu à Comunidade Europeia, em 1986, os PALOP foram deixados de lado, cercados por países anglófonos e francófonos. Por um lado, os países maiores e com economias mais desenvolvidas, como **Angola** e **Moçambique**, conseguem se inserir internacionalmente com uma facilidade relativamente maior; por outro lado, os países menores, **Guiné-Bissau**, **Cabo Verde** e **São Tomé e Príncipe**, têm maiores dificuldades nesta inserção. Neste sentido, os laços e oportunidades oferecidas pela Lusofonia despertam relativo interesse por parte destes países, especialmente via cooperação técnica com o Brasil, cuja frente de ação de sua agência de cooperação foi os PALOP durante o Governo Lula (conforme citado anteriormente).

Sobre as perspectivas dos PALOP dentro da CPLP, especificamente, Freixo (2005, p. 2) chama a atenção para os seguintes obstáculos em relação à participação efetiva destes países na comunidade: feridas abertas do colonialismo e consequente desconfiança quanto ao projeto; “sérias questões internas decorrentes de longas guerras civis, crises políticas, problemas econômicos crônicos e enormes desigualdades sociais”; necessidade de investimento e falta desta disponibilidade de investimento por parte da comunidade; e questões identitárias e culturais.

Dado este contexto, Freixo (2005, p. 2) argumenta que “o principal interesse dos PALOP é o estabelecimento de parcerias internacionais que lhes permitam buscar o desenvolvimento econômico e a resolução de seus graves problemas sociais”. Sendo este o caso, o autor sustenta que Portugal e Brasil não dão conta das demandas materiais daqueles países. Isto porque Portugal “tem uma capacidade de investimento bastante reduzida se comparada com a de outros países da União Européia ou com os EUA”, de quem os PALOP vêm se aproximando, visando maiores parcerias estratégicas. Freixo (2005, p. 2) ainda complementa que é “neste contexto que devemos entender o movimento de ingresso de

Moçambique na British Commonwealth, em 1995, e de aproximação, inclusive do ponto de vista cultural, da Guiné-Bissau em relação à África Francófona”. Quanto ao Brasil, à exceção do Governo Lula (2003-2010), quando o continente africano e os PALOP tiveram relativa importância em termos de projetos e cooperação internacional, o país apresenta um histórico de baixo interesse nas demandas efetivas dos lusófonos africanos. Ou seja, “a esperança de consolidação da CPLP pelo viés econômico, expressa em documentos oficiais de Estados-membros da Comunidade, parece estar longe de se concretizar” (FREIXO, 2005, p. 3).

Além das questões econômicas, Freixo (2005, p.3) aponta para desafios em relação à identidade e à língua, questões ligadas intimamente ao conceito fundamental da comunidade:

Outros aspectos que devem ser levados em conta são aqueles que envolvem questões identitárias e culturais bastante importantes como, por exemplo, o fato de que em boa parte dos PALOP a Língua Portuguesa é menos falada do que os dialetos “crioulos” ou de origem africana – só em Moçambique existem mais de 30 dialetos e o português é a língua materna de somente 5% da população. Além disso, a aproximação econômica com países de outras esferas lingüísticas – como por exemplo Moçambique em relação ao mundo anglófono ou Guiné-Bissau e Cabo Verde com o francófono – faz com que a língua portuguesa venha perdendo espaço nesses países.

Quanto ao mais recente membro da CPLP (e dos PALOP), **Guiné Equatorial**, muito se especula sobre sua candidatura e aceite na organização. Isto porque o país é majoritariamente hispanoparlante, tem uma diminuta população que se expressa em uma variedade do português e possui poucos vínculos com o restante dos países da comunidade – histórica ou contemporaneamente. Ana Lúcia Sá (2015) argumenta que o país busca novas formas de se inserir internacionalmente, em particular a partir dos negócios relativos aos seus recursos energéticos. Embora em nenhum momento do processo de candidatura e adesão a questão energética tenha sido sequer mencionada, Sá (2015, p. 157) sustenta que esta pode ter sido fundamental para a entrada da Guiné Equatorial, reforçando “a CPLP como um bloco produtor de petróleo”:

Depois da Nigéria, país que vive instabilidades diversas, como as motivadas pelas acções do Boko Haram, Angola e a Guiné Equatorial são, respectivamente, os maiores produtores na África Subsaariana. As reservas de petróleo são estrategicamente valorizadas e, desta forma, o potencial económico da CPLP é reforçado e diversas oportunidades de negócio poderão abrir-se ou, melhor, cimentar-se, uma vez que já havia a presença de empresas brasileiras ou portuguesas no país.

Finalmente, em relação ao único estado soberano asiático na CPLP, o **Timor-Leste** compartilha de muitas questões com os PALOP, ao mesmo tempo que tem suas próprias e

relevantes especificidades. Assim como os lusófonos africanos, ao longo de décadas, o país asiático enfrentou conflitos que destruíram grande parte de sua infraestrutura, com grande perda para o sistema de ensino nacional. Timor-Leste também se trata de um país com alta diversidade étnica, linguística e identitária. O português, embora oficial, é uma língua minoritária, em parte devido aos baixos esforços históricos da ex-metrópole de promover a educação, o ensino da língua portuguesa e o letramento na ex-colônia. Neste sentido, o país também carece de grandes investimentos, além de enfrentar questões identitárias e linguísticas, que permeiam sua participação na Lusofonia.

A principal diferença no caso timorense foi que, na esteira da queda de Salazar em Portugal, em vez de o país conseguir sua independência, Timor-Leste foi invadido e ocupado pela Indonésia, ao longo de 24 anos (1974-1999). O governo indonésio empreendeu perseguições políticas e extermínios, sufocando a região em termos de autonomia, identidade e línguas: “Durante os anos seguintes à ocupação, cerca de 60 mil timorenses foram mortos, em um genocídio de grandes proporções que começa a ser denunciado sistematicamente aos organismos internacionais” (FREIXO, 2002, p. 5). O português e o tétum-praça (hoje línguas oficiais) foram marginalizadas e estigmatizadas, ao passo que o bahasa indonésio foi implementado como língua oficial e de ensino. De acordo com Freixo (2002, p. 5):

Esta política acabou gerando uma situação paradoxal, na medida em que o uso da língua portuguesa vai ser mantido por aqueles que se recusavam à assimilação pela Indonésia, fazendo com que o idioma do antigo colonizador passasse a ser, juntamente com a religião católica (também herança portuguesa), o símbolo da resistência e da identidade timorense.

Com o final da Guerra Fria, as questões humanitárias começaram a receber maior atenção da comunidade internacional, incluindo a situação em Timor-Leste. Neste contexto, em 1996, o Prêmio Nobel da Paz foi entregue a dois líderes da resistência em Timor, José Ramos Horta e Ximenes Belo. No mesmo ano, com a criação da CPLP, a situação em Timor-Leste recebeu atenção e centralidade dentro da comunidade, sendo que “uma das primeiras propostas feitas pelo representante português – em um momento em que Portugal já tinha passado a atribuir uma grande importância à articulação do ‘espaço da lusofonia’ – foi a de incluir o Timor na Comunidade”, na condição de membro-observador (FREIXO, 2002, p. 6).

Em 1998, cai o regime de Suharto na Indonésia, dando abertura à independência timorense. Em 1999, é realizada a consulta popular que decide pela autodeterminação de Timor-Leste, causando uma resposta violenta por parte de grupos milicianos pró-Indonésia, com apoio de parte das Forças Armadas, através de campanhas de pilhagem, incêndios e

intimidação, forçando o deslocamento de 2/3 da população (FREIXO, 2002). A situação só se estabilizou, em parte, com a intervenção das Nações Unidas, altura na qual grande parte da infraestrutura já estava devastada com os conflitos. Apenas em 2001 os timorenses conseguiram votar para a Assembleia Constituinte, possibilitando novas eleições e a concretização da independência em 2002. Ao longo de todo este processo, a CPLP acompanhou os pleitos com sua Missão de Observação Eleitoral.

#### 4.5 DESAFIOS

Apresentada a comunidade lusófona, podemos tratar dos desafios que ela encontra hoje e pela frente, como questões identitárias, desavenças históricas, e a própria conceitualização e propósitos da CPLP, que expõem a dicotomia linguístico-cultural e o político-econômico do projeto.

Um desafio central é a questão identitária. Apregoa-se a existência de uma identidade lusófona compartilhada, discursivamente utilizada pela própria CPLP. No entanto, o cenário é muito mais complexo e diverso do que a pretensão de uma identidade una, tanto no sentido linguístico quanto étnico. A língua portuguesa só é majoritária, de fato, em Portugal e no Brasil, encontrando um cenário linguístico de alta complexidade em África e no Timor-Leste. Os “crioulos” africanos estão em vias de institucionalização, sendo o caso mais emblemático o de Cabo-Verde, que está em processo de gramaticalização e em vias de reconhecimento como língua cabo-verdiana, aspirante ao *status* de língua oficial – além de já ser a língua nacional cotidiana. Esta tendência afetaria a hegemonia da língua portuguesa nos territórios. Isto sem contar o elevado número de línguas nativas nos PALOP e em Timor, além das presenças de línguas estrangeiras como inglês, francês e bahasa indonésio, dependendo da região.

Também relacionada à identidade, está a questão da “portugalidade”, que permeia a comunidade dado o histórico do colonialismo. Este é um fator que implica na noção de comunidade a partir de um dos seus membros mais influentes, colocando em dúvida o caráter efetivamente pós-colonial da Lusofonia, suscitando suspeitas e desconfianças entre os membros. Conforme aponta Sousa (2013):

[...] a palavra ou, numa dimensão mais ampla, a ideia de ‘portugalidade’ é incompatível com o conceito de lusofonia, já que remete para uma centralidade portuguesa, independentemente do sentido que lhe é dado, como que ‘adaptando-o’ a cada momento da história, o que não é compaginável com uma lógica pós-colonial.



Neste sentido, torna-se necessário um esforço para afastar a comunidade desse matiz neo-colonial, que demandaria um pensamento e uma abordagem focadas nos aspectos multiculturais, da diversidade e da pluralidade, atentando especialmente para os membros historicamente subalternos. Assim, Sousa (2013) segue sua argumentação:

Depois de cruzadas algumas das diferentes perspectivas relativas à lusofonia, torna-se claro que a ideia que a sustenta não é pacífica. O termo, nos tempos que correm, assume um recorte pós-colonial, cuja palavra-chave é “interculturalidade”, pelo que implicará, desde logo, a desmontagem de eventuais clivagens entre ex-colonizadores e ex-colonizados, uma vez que pressupõe um mesmo plano para todos os atores intervenientes.

A este propósito, Freixo (2002) fala que parte da razão da não-consolidação da CPLP, por exemplo, é justamente ela se situar muito em torno de Portugal e Brasil e estar pouco aberta para as especificidades dos PALOP e de Timor-Leste – inclusive na concepção da comunidade, que teria um “vício de origem”, como referiu Mia Couto. Neste sentido, a comunidade seria pouco preocupada quanto à realidade multicultural, multilíngue e específica destes países, a partir de seus conceitos identitários mais monolíticos.

Em termos de propósitos, outro desafio é a entrada da Guiné Equatorial para a CPLP, que foi marcada por controvérsias e suspeição. Com seu histórico de abuso de direitos humanos, a Guiné Equatorial viu sua candidatura objetada por Portugal, que exigia o fim da pena de morte no país, visto que isto atentava aos valores democráticos e de liberdade que são constitutivos da CPLP. Também em relação aos valores democráticos, cumpre mencionar que o presidente Teodoro Obiang Nguema exerce o cargo desde 1979, colocando em dúvida a força da democracia no país, especialmente pela expressiva perseguição política no território. Outra controvérsia se referia à questão linguística, já que a Guiné Equatorial é um país mormente hispanófono, com apenas cerca de 5.000 dos seus 1,2 milhão de habitantes se expressando em uma “língua crioula” de base lexical portuguesa. Embora o país tenha oficializado o português, em 2011, ainda não demonstrou grandes esforços para promover a língua, que é uma das missões da comunidade, gerando um desafio (SÁ, 2015, p. 157):

O português é língua de cultura e foi língua de colonização nos demais países da CPLP e não na Guiné Equatorial. Um desafio que se coloca à instituição, neste momento, é que deixou de ser uma comunidade de língua portuguesa por ter incorporado um país que tem o castelhano como língua veicular e que não mostrou sinais de investimento no ensino das duas outras línguas que tem como oficiais, o francês e o português. [...]

Mesmo Guiné Equatorial não tendo abolido a pena de morte, apenas a tendo suspenso, o país conseguiu entrar para a CPLP, em 2014, como membro de pleno direito. Para Ana Lúcia Sá, as questões econômicas envolvidas no setor energético do país tiveram um papel fundamental para o aceite. Juntas, estas questões entram em conflito com fundamentos da comunidade, como os valores democráticos e a expressão em língua portuguesa, convidando-nos a ponderar sobre os valores que mais pesam dentro da organização: as questões político-econômicas *versus* os valores da comunidade e as questões linguístico-culturais; e, se necessário, que seus estatutos sejam revistos (SÁ, 2015, p. 157):

Um dos desafios colocados à CPLP prende-se com a assunção por parte da instituição de que se centra em objectivos exclusivamente económicos e relacionados com o sector energético, excluindo alguns dos princípios orientadores da sua fundação e também excluindo o que se considera como o património comum da lusofonia centrado na língua. Esta reorientação dos princípios basilares da instituição conformará de forma mais coerente as complementaridades económicas e a legitimação internacional do regime protagonizado por Obiang Nguema. Repensar os Estatutos à luz desta aceitação poderá ser o início de uma nova etapa da CPLP.

Em suma, a Lusofonia apresenta questões relevantes a serem trabalhadas, nesta sua infância institucional, para que seu projeto possa ser concretizado em bases efetivamente pós-coloniais. Sua premissa de compartilhamento linguístico e cultural carece de maior atenção para poder ser mais abrangente e coerente, podendo fazer frente aos anseios político-econômicos de seus Estados membros. Assim, levando em consideração todos os pontos colocados, julgamos pertinentes as assunções e questionamentos que Faraco (2012, p. 48) aponta:

[...] na construção da Lusofonia, um projeto linguístico-cultural terá condições de se sobrepor a um projeto econômico-político? Os antigos sonhos de laços de congregação e solidariedade entre países de língua oficial portuguesa terão condições de se materializar diante dos interesses geopolíticos específicos (e divergentes) de Portugal e Brasil? Algum dia se resolverá o impasse posto pelo fato de a maioria dos falantes da língua estar concentrada no Brasil? E, por fim, há, de fato, perspectivas para a LUSOFONIA? Ela é uma utopia ou uma quimera?

## 5 CONCLUSÃO

“Multiplicados somos mais fortes  
 Não precisamos depender da sorte  
 Mesmo sem saber o paradeiro da bússola nunca  
     perdemos o Norte  
     Perdido por um, perdido por mil  
 É assim em Angola, é assim no Brasil  
 Podemos ser dois, o cobertor ser um  
 Se somos unidos ninguém passa frio  
 Povo sem cultura é um povo vazio  
     A pior escravidão é a mental  
     Sozinho ninguém vai distante  
     Tropeça na vida e depois  
     Cai na real”  
 (Titica, cantora e dançarina angolana de Kuduro,  
 e BaianaSystem, banda brasileira)

Este trabalho buscou analisar a Lusofonia, decompondo seus elementos constitutivos - a língua, a nação e suas imbricações. Para tanto, analisamos sua base, a língua, visando compreender o que é a língua, qual a sua relação com o poder, a política, a identidade e a pertença; em suma, em que medida ela é capaz de fundamentar uma comunidade. Similarmente, investigamos como um povo se organiza enquanto nação, trabalhando sobre uma parte fundamental das Relações Internacionais, e dentro disso o papel da língua nessa composição comunitária, prosseguindo para como as nações se expandiram via colonialismo, criando as condições para o fenômeno das comunidades linguísticas. Finalmente, analisamos com profundidade a Lusofonia, da sua conceitualização aos seus desafios, passando por seu histórico e seu projeto de instituições. Esta foi uma aproximação ao tema, de uma perspectiva multidisciplinar, sem pretensões exaustivas, abrindo janelas para maiores aprofundamentos do tema – seja no campo das Relações Internacionais, da Linguística ou da multidisciplinaridade. Enquanto internacionalista, educador e instrutor de línguas, o autor buscou, por meio deste trabalho, conciliar seus temas de interesse e prática, podendo aprofundar seu conhecimento através do diálogo entre disciplinas, promovendo crescimento pessoal e profissional.

Quanto ao objeto da pesquisa, foi possível concluir que a Lusofonia se trata de um conceito complexo e difuso que serve de base para um amplo projeto de grande potencial, buscando formar uma identidade comunitária. A Lusofonia também apresenta diversas contradições e desafios, maiores do que o discurso da comunidade transparece. É possível constatar uma dicotomia entre o projeto histórico da Lusofonia e a constituição de um caráter verdadeiramente comunitário. A constituição de uma comunidade lusófona expressa hoje a busca da criação de um novo dever, baseado na aproximação e na solidariedade entre povos, superando-se, quando possível e necessário, o legado do período colonial.

Existe, atualmente, um projeto de comunidade linguística institucionalmente expresso na CPLP, que busca congrega aspectos político-econômicos e linguístico-culturais, baseado na premissa da uniformidade linguística e identidade lusófona compartilhada. Se, por um lado, existem ações práticas visíveis no âmbito do projeto, por outro lado, o aspecto comunitário deixa a desejar, na medida em que as propaladas uniformidade linguística e identidade compartilhada não se sustentam totalmente. A diversidade linguística e o não-domínio do português são maiores do que o discurso institucional sustenta, assim como a identidade em comum e a autopercepção comunitária não é abrangente para além de alguns círculos políticos, culturais, acadêmicos e urbanizados. Embora existam evidentes laços compartilhados de história e cultura, a maior parte da população não se enxerga com a identidade de lusófona, tampouco reconhece quais seriam as outras partes desta comunidade – pois em alguns países partes da população ainda nem se identificam com a imagem nacional em construção. Em outras palavras, na Lusofonia há uma relativa distância entre os pressupostos do discurso comunitário e a concretude da identidade e dos laços comunitários efetivamente.

Em parte, além do pouco aprofundamento das relações humanas intra-comunitárias, isto acontece pelas nossas práticas e conceitos modernos de língua, identidade e organização política. Conforme estudado, nosso conceito de língua é mais monolítico do que plural, mais monolíngue do que multilíngue. Sob a perspectiva da modernidade, costuma-se pensar a Lusofonia como um espaço de fala portuguesa, e não um espaço de diversidade de falas em que a língua portuguesa é uma delas, aquela que realiza a intercompreensão. Uma situação semelhante se encontra no âmbito da identidade, em que se imagina uma relação identitária mais fechada, com uma expectativa exacerbada de uma identidade nacional, em detrimento de múltiplas identificações pessoais e sociais, como de região, herança cultural, gênero, sexualidade etc. Ambos aspectos impactam diretamente na viabilidade ou não de uma construção identitária também lusófona mais sólida.

Concordamos com Branca Fabrício (2013, p. 157) que argumenta que, “em tempos de hiperdiversidade e sujeitos e subjetividades móveis”, precisamos pensar nos “atores concretos” desse projeto comunitário, para além de “reduccionismos e dualismos”, levando em conta que:

[...] imaginar um espaço lusófono, unificado pela língua portuguesa, seria um contrassenso, pois ele não se ajusta ao mundo atual nem às sociedades e experiências diversas que abriga. A ideia de lusofonia como categoria transcontinental precisa, então, ser reinventada, emancipando-se tanto de sua origem/centro colonial quanto da estereotipia implicada na utopia da comunidade.

Em outras palavras, para que o caráter de comunidade seja aprofundado, precisamos nos conhecer e nos relacionarmos comunitariamente, mais horizontal do que verticalmente. Neste sentido, a Lusofonia tem a vantagem de ser a “fonia” mais recente, criada já em contexto pós-colonial, às vésperas do século XXI, e com uma constituição relativamente mais horizontal, paritária e descentralizada, em que pese a história e seus evidentes traumas. Para tanto, Fonseca (2013, p. 9) afirma que este deve ser um espaço “onde cada um dos sujeitos se abre à escuta do outro, sem pretensões de comunhão ou universalismo”. Ou, nas palavras de Eduardo Lourenço (1999<sup>15</sup> *apud* FONSECA, 2013, p.4):

O imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o da pluralidade e o da diferença, e é através desta evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja unidade utópica, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento mais sério e profundo, assumido como tal, dessa pluralidade e dessa diferença. Se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense. Puro voto piedoso?

Rumando para este devir, a CPLP já demonstra preocupação com a maior horizontalidade do processo, como no exemplo da gestão da língua portuguesa, em que se busca uma coordenação mais comunitária e plural. Outro exemplo é a abordagem da política externa brasileira via cooperação técnica, buscando maiores trocas com os outros países lusófonos, com menos condicionalidades.

Se é verdade que existem muitos problemas e grandes desafios, tanto dentro dos países quanto nas relações entre eles, também é verdade que são estes mesmos desafios que abrem espaço para a ação política – para que estes países articulem uma nova via cooperativa, para a resolução destes desafios. Isto porque a Lusofonia apresenta um grande potencial de ações, uma vez que há muitos traços em comum entre os povos, em termos de história, cultura, expressão, conhecimento e dificuldades.

Para tanto, sendo a língua o fato social fundamental, por meio do qual são possíveis nossas trocas, o dado de muitos de nós compartilharmos uma “mesma língua” é inestimável. Embora vivamos supostos tempos de globalização e avanço acelerado da tecnologia e das comunicações, ainda assim línguas diferentes podem ser um empecilho na velocidade e qualidade da comunicação interpessoal e entre povos. O fato de termos um espaço de intercompreensão, dentro de uma comunidade lusófona, pode auxiliar na construção coletiva

---

<sup>15</sup> LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999.

de políticas de cooperação e solidariedade, assim como a aproximação entre as populações de fato, para além das relações entre Estados.

Neste início de século XXI, a dimensão do desconhecimento mútuo entre diferentes povos demonstra que não basta apenas o avanço das tecnologias e das comunicações. É necessário que utilizemos estas novas tecnologias para nos aproximarmos e nos conhecermos melhor. Nunca foi tão relativamente simples o acesso a informações dos outros países que compõem a Lusofonia quanto em tempos de Internet, apesar da dificuldade de acesso em certas regiões. Neste âmbito, podemos citar tanto as ferramentas de difusão de informações escritas quanto as redes sociais e as plataformas de produção audiovisual (como YouTube), capazes de propagar mais informações e conteúdos – para além das representações e estereotípia – do que a TV. Somando-se à horizontalidade na produção de conteúdos na Internet, está a ascensão de temas como o empoderamento negro no Brasil, por meio do qual muitos afrodescendentes buscam maiores informações e contato com a África. Assim, o fator linguístico e cultural os aproxima de pessoas nos países africanos lusófonos, principalmente em Angola e Moçambique. Neste mesmo movimento em direção a canais africanos no YouTube, por exemplo, pessoas nestes países acabam se aproximam dos conteúdos produzidos no Brasil<sup>16</sup>.

Também dentro da maior liberdade de conteúdos que os tempos de Internet trazem, podemos citar as trocas motivadas pela música. Em especial, podemos mencionar o intercâmbio entre as músicas produzidas no Rio de Janeiro (como funk) e na Bahia com as de Angola (como kuduro), exemplificadas na colaboração entre Titica, considerada a rainha do kuduro, e a banda BaianaSystem, que abre este capítulo em epígrafe. Podemos juntar à música também as trocas em termos de literaturas em língua portuguesa.

Todas essas expressões culturais somadas à construção de novas arenas políticas e do estabelecimento de projetos de aproximação tornam-se fundamentais para estabelecer-se iniciativas factíveis de constituição de uma nova identidade lusófona em tensão crítica com as raízes e heranças coloniais.

Concluindo, a Lusofonia se encontra mais como um projeto político-econômico com base linguístico-culturais do que uma comunidade com identidade compartilhada e que se reconheça como tal. De qualquer forma, o espaço lusófono certamente é um local muito fértil, de possível intercompreensão e cooperação. No entanto, na prática, a comunidade lusófona dificilmente se aprofundará, em pleno século XXI, se nosso pensamento se mantiver no

---

<sup>16</sup> Como exemplo de *youtubers* lusófonas podemos citar Ary Alves, Luísa Fernandes, Julia Tolezano e Yolanda Tati.

século XIX. Enquanto pensarmos em termos meramente modernos, não vamos conseguir construir algo sólido e novo no presente, muito menos algo que sirva, em algum nível, para o futuro. Precisamos pensar em novas bases, menos limitadas e monolíticas. Precisamos pensar e agir de forma mais plural, mais aberta para diversidade, mais colaborativa e comunitária. Precisamos reconhecer as identidades para além dos estereótipos, dos censos, das caixas e dos simulacros. Precisamos de algo que nos represente mais satisfatoriamente, em que nos vejamos, onde nos escutemos falando como falamos, e não necessariamente de acordo com a expectativa da norma idealizada (e datada) de um território a milhares de quilômetros de distância. Só assim poderemos realmente passar de um conjunto heterogêneo, e pouco interligado, para a constituição de uma verdadeira comunidade.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAGNO, Marcos. Do galego ao brasileiro, passando pelo português: criouliização e ideologias linguísticas. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **Português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 319-338.
- BREITENVIESER, Camila Barrero. **“Entre a Fábula e a Ata”**. O real e o institucional na Lusofonia. 2011. 159f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em:  
<[https://run.unl.pt/bitstream/10362/5743/1/Entre%20a%20f%C3%A1bula%20e%20a%20ata\\_%20BREITENVIESER%2C%20Camila.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/5743/1/Entre%20a%20f%C3%A1bula%20e%20a%20ata_%20BREITENVIESER%2C%20Camila.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- CARNEIRO, Alan Silvio Ribeiro. Conflitos em torno da (des)construção da(s) língua(s) legítima(s): a situação da língua portuguesa no contexto multilíngue de Timor-Leste. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **Português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 192-218.
- CORNETET, João Marcelo. **Identidade e integração regional**: reflexões teóricas e sugestões para o caso sul-americano. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013. p.55.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindsey. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016, 7ed.
- GALITO, Maria Sousa. Conceito de Lusofonia. **CI-CPRI**, [S.l.], n. 16, 2017. Disponível em: <<http://www.ci-cpri.com/?p=1495>>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. 2nd ed. New York: Cornell University Press, 1994.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- FABRÍCIO, Branca Falabella. A “outridade lusófona” em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **Português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 144-168.
- FALCONI, Jessica. Literaturas africanas, língua portuguesa e narrativas da Lusofonia: Alguns parágrafos em torno da invenção das narrativas da 'Lusofonia'. In: LEITE, A. M.; OWEN, H.; CHAVES, R. & APA, L., **Nação e Narrativa Pós-Colonial - 1. Angola e Moçambique. Ensaios**. Lisboa: Edições Colibri, 2013. p 277-289.



FARACO, Carlos Alberto. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In: LOBO, Tânia et al. (Org). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 31-50.

FONSECA, Ana Margarida. Em português nos entendemos? Lusofonia, literatura-mundo e as derivas da escrita. **Configurações**: Revista de Sociologia, [S.l.], p.105-116, 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/configuracoes/2041>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

FREIXO, Adriano de. As outras vozes da “Lusofonia”: a CPLP na perspectiva dos Países Africanos de Língua Portuguesa e do Timor-Leste. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina, ANPUH, 2002. p. 1-8.

LAGARES, Xoán Carlos. O galego e os limites imprecisos do espaço lusófonos. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 339-360.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In: \_\_\_\_\_. **Português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 101-119.

LOURENÇO, Eduardo. **A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia**. Lisboa: Gradiva, [1999] 2004.

MADEIRA, Ana Isabel. Sons, sentidos e silêncios da lusofonia: uma reflexão sobre os espaços-tempos da língua portuguesa. **Cadernos Prestige**, Lisboa, n. 18, 2003.

MARTINS, Leonor Pires. **Um Império de Papel**. Lisboa: Edições 70, 2012.

MARTINS, Moisés Lemos. Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos híper-indentitários. In: BASTOS, Neusa (Org.) **Linguística Portuguesa**. Reflexões Lusófonas. São Paulo, Educ - IP/PUC, 2006. pp. 49-62.

\_\_\_\_\_. Língua portuguesa, globalização e lusofonia. In: BASTOS, Neusa (Org.). **Língua Portuguesa e Lusofonia**. São Paulo: EDUC – IP-PUC, 2014. p. 15-33.

MÁXIMO, Jéssica Cristina Resende. **Historiografia(s) das Relações Internacionais**: uma análise pós-colonial das histórias e dos saberes da área de RI de Brasil, China e Índia. 2014. 138f. Rio de Janeiro: 2014, p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **Português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 53-73.

PING, Jin Guo. Lusofonia: história e realidade. **Administração**, [S.l.], v. 16, n. 61, p. 1057-1075, 2003.

SÁ, Ana Lúcia. Guiné Equatorial e CPLP: desafios ao futuro da Lusofonia. **Janus**: Anuários de Relações Exteriores [S.l.], p.156-157, 2015. Disponível em:

<[http://janusonline.pt/images/anuario2015/3.28\\_AnaLuciaSa\\_Guine\\_CPLP.pdf](http://janusonline.pt/images/anuario2015/3.28_AnaLuciaSa_Guine_CPLP.pdf)> Acesso em: 11 nov. 2017.

SIGNORINI, Inês. Política, língua portuguesa e globalização. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **Português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 74-100.

SOUSA, Vítor de. O difícil percurso da lusofonia pelos trilhos da 'portugalidade'. **Configurações**: Revista de Sociologia, [S.l.], p.89-104, 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/configuracoes/2027>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: Ashcroft, B., Griffiths, G, Tiffin, H. **The postcolonial studies reader**. London: Routledge, 1988.

VISENTINI, Paulo Fagundes. South-South Cooperation, prestige diplomacy or "soft imperialism"? Lula's government Brazil-Africa relations. **Século XXI: Revista de Relações Internacionais** / Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio Grande do Sul., v. 1, 2010. p. 65-84.

\_\_\_\_\_. **A África e as Potências Emergentes**: Nova partilha ou cooperação sul-sul? Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

\_\_\_\_\_. África e as potências emergentes: o Sul e a cooperação profana. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 41-48, jan./jul. 2014.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BHABHA, Homi. A questão do outro: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: Heloísa Buarque de Holanda (org.), **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

\_\_\_\_\_. **The location of culture**. London: Routledge, 1994.

MELLO, Eduardo Brigidi de. New Independent Foreign Policy, a matter of emphasis. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, Porto Alegre, vol. 3, n. 5, 2014, p.245-269.

CICALO, André. Brazil and its African Mirror: Discussing “Black” Approximations in the South Atlantic. **desiguALdades.net Working Paper Series**, No. 24, Berlin: desiguALdades.net Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2012.

ELIBIO JR., Antonio Manoel; ALMEIDA, Carolina. Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais. **Cadernos do Tempo Presente**, Aracaju, n. 14, p. 05-11, out./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Edward Said e o Pós-Colonialismo. **Saeculum** (UFPB), João Pessoa, v. Jul-Dez, p. 451-462, 2013.

JACCARD, James; JACOBY, Jacob. **Theory Construction and Model-Building Skills: a practical guide for social scientists**. New York, London: The Guilford Press, 2010.

MIGNOLO, Walter. Colonial and post-colonial discourse: cultural critique or academic colonialism?”. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, vol. 23, n. 3, 1993, p.48-75.

OMEJE, Kenneth. Debating Postcoloniality in Africa. In: OMEJE, Kenneth (org.), **The Crises of Postcoloniality in Africa**. Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa, 2015.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre o próspero e o Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e interidentidade. In: RAMALHO, Maria Irene; RIBEIRO, António Sousa. (orgs) **Entre ser e estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade**. Porto: Afrontamento, 2001.

\_\_\_\_\_. From the postmodern to the postcolonial – and beyond both. In: RODRIGUEZ, Encarnación, BOATCÁ, Manuela & COSTA, Sérgio (org). **Decolonizing European Sociology - transdisciplinary approaches**. London: Ashgate, 2010.

SHEPPERSON, George. The African Abroad or the African Diaspora. In: Terence O. Ranger (org.), **Emerging Themes of African History**. Nairobi: East African Publishing House, 1968. p. 152-76.

SLATER, David. Post-colonial questions for global times. **Review of international Political Economy**, London, vol. 5, n.4, 1998.

VISENTINI, Paulo; RIBEIRO, Luiz Dario; PEREIRA, Analúcia. **Breve história da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

\_\_\_\_\_. **Os países africanos: diversidade de um continente**. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica/UFRGS, 2012.